



Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezaíseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD) ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião a Chefe da Divisão de Administração Geral, Sofia Isabel Lopes Casas Novas, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

Ordem de Trabalhos

- A) **Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. **Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. **Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) **Período da Ordem do Dia**
 - 1. **Deliberação n.º 592/2023 – Proposta n.º 18/2023 – GAP – Acordo de aquisição de existências entre a Câmara Municipal de Setúbal e Águas do Sado – Retificação da proposta 050/2022/GAP dos bens a adquirir e do respetivo montante global – RETIRADA**
 - 2. **Deliberação n.º 593/2023 – Proposta n.º 19/2023 – GAP – Núcleo Local de Inserção – Representação e Coordenação do Município**
 - 3. **Deliberação n.º 594/2023 – Proposta n.º 354/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Renovação do Licenciamento Microsoft - Concurso Público n.º 02/2023/DAF/DICOMP/SECOMP – RETIRADA**
 - 4. **Deliberação n.º 595/2023 – Proposta n.º 356/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste direto n.º 38/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de segurança privada em Edifícios Municipais, pelo período de 12 meses, ao abrigo do lote 3 do acordo quadro AQ-VS-2022, promovido pela ESPAP**
 - 5. **Deliberação n.º 596/2023 – Proposta n.º 358/2023 – DAF/DICONT/SECONT – Criação de fundo de maneiço para DISOC - Serviço de atendimento e acompanhamento social de Setúbal – SAAS**
 - 6. **Deliberação n.º 597/2023 – Proposta n.º 01/2023 – DCTUR – Organização e Gestão das Lojas e Cafetarias da Casa da Baía e da Casa do Turismo**

7. **Deliberação n.º 598/2023 – Proposta n.º 357/2023 – DRH/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 07/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para o fornecimento contínuo de fardamento de trabalho, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período**
8. **Deliberação n.º 599/2023 – Proposta n.º 03/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – DASU/GAGIP**
9. **Deliberação n.º 600/2023 – Proposta n.º 355/2023 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 06/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para o fornecimento de leite escolar para alunos dos jardins-de-infância e para alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho para os anos letivos 2023/2024, 2024/2025 e 2025/2026**
10. **Deliberação n.º 601/2023 – Proposta n.º 07/2023 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro à Escola Secundária de Bocage no âmbito do projeto “Isto é Matemática ao Vivo”**
11. **Deliberação n.º 602/2023 – Proposta n.º 08/2023 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas de Azeitão, no âmbito do projeto “Ciência na Nossa Serra” 2022-2023**
12. **Deliberação n.º 603/2023 – Proposta n.º 09/2023 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas no âmbito do programa Escola Azul**
13. **Deliberação n.º 604/2023 – Proposta n.º 10/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolo de Parceria entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Escola Secundária de Bocage no âmbito de candidatura ao Clube Ciência Viva na Escola**
14. **Deliberação n.º 605/2023 – Proposta n.º 11/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolo tripartido de colaboração no âmbito da componente de apoio à família no 1.º Ciclo do Ensino Básico – Liga de amigos da EB Azeda**
15. **Deliberação n.º 606/2023 – Proposta n.º 12/2023 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro para a participação na 11.ª Edição do Festival de Música de Setúbal – 2022/23**
16. **Deliberação n.º 607/2023 – Proposta n.º 13/2023 – DEB/DIAPE – Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico – Adenda ao Contrato – Programa – Ano Letivo 2020/2021**
17. **Deliberação n.º 608/2023 – Proposta n.º 14/2023 – DEB/DIAPE – Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico – Adenda ao Contrato – Programa – Ano Letivo 2021/2022**
18. **Deliberação n.º 609/2023 – Proposta n.º 08/2023 – DOM – Empreitada CP11/2020 – “Construção de coberturas localizadas no Largo do Bocage” - Accionamento de garantia do contrato**
19. **Deliberação n.º 610/2023 – Proposta n.º 28/2023 – DCDJ/DIDES – Associação Cultural e Desportiva Juventude Azeitonense – Apoio financeiro para obras no pavilhão desportivo**
20. **Deliberação n.º 611/2023 – Proposta n.º 59/2023 – DCDJ – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo – Cedência de gestão da Piscina Municipal das Palmeiras ao Clube Naval Setubalense**
21. **Deliberação n.º 612/2023 – Proposta n.º 61/2023 – DCDJ/DICUL – Doação de obra de arte ao Município**
22. **Deliberação n.º 613/2023 – Proposta n.º 62/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio ao 34.º Festival Nacional de Folclore do Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão e intercâmbios**
23. **Deliberação n.º 614/2023 – Proposta n.º 63/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio ao 39.º Concurso do Vestido de Chita da UCRD Praiense – 2023**

24. **Deliberação n.º 615/2023 – Proposta n.º 64/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Sociedade Musical Capricho Setubalense – Escola de Jazz e Música Improvisada**
 25. **Deliberação n.º 616/2023 – Proposta n.º 65/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro para a realização de 2 provas desportivas, regional e nacional no dia 29 de abril de 2023**
 26. **Deliberação n.º 617/2023 – Proposta n.º 352/2023 – DURB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 01/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de inspeção periódica, reinspeção e selagem de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes**
 27. **Deliberação n.º 618/2023 – Proposta n.º 140/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Pedido de transferência de localização da Farmácia Marques - Processo n.º 282/23**
 28. **Deliberação n.º 619/2023 – Proposta n.º 141/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para ampliação de armazém - Processo n.º 414/22**
 29. **Deliberação n.º 620/2023 – Proposta n.º 142/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de operação de loteamento - Processo N.º 1110/21**
 30. **Deliberação n.º 621/2023 – Proposta n.º 143/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinha “food-truck - Ostras sobre Rodas” e esplanada - Processo n.º 113/18**
 31. **Deliberação n.º 622/2023 – Proposta n.º 144/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel - Roulote de farturas, algodão doce, pipocas e castanhas - Processo n.º 9/19**
 32. **Deliberação n.º 623/2023 – Proposta n.º 145/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Artesanato - Palavras com Arte - Processo n.º 82/20**
 33. **Deliberação n.º 624/2023 – Proposta n.º 146/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinho de gelados - Processo n.º 42/21**
 34. **Deliberação n.º 625/2023 – Proposta n.º 147/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinha “food-truck” e esplanada - Processo n.º 12/22**
 35. **Deliberação n.º 626/2023 – Proposta n.º 148/2023 – DURB/GAPGPA – Normas 2023 - Atribuição de licenças e autorizações para a realização de atividades nas águas balneares do concelho de Setúbal**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e do Departamento de Administração Geral e Finanças (DAF), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 4 e 5.
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito dos departamentos de Recursos Humanos (DRH) e Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 6 e 7.



2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que um dos argumentos que tinha estado na origem do aumento de impostos que a CDU e o PSD aprovaram no final do ano passado, face aos valores que já tinham sido aprovados em junho, tinha sido o apoio de 10 euros no valor do passe Navegante Municipal. Nas palavras do Vereador Ricardo Oliveira que tinha participado na reunião, que lhes parecera excessivamente otimista, seria apoiar ao longo do ano, 50 mil passes, um apoio que totalizava meio milhão de euros, tendo já terminado o primeiro trimestre, era tempo de fazer um balanço da utilidade da medida e da forma encontrada para suportar o seu financiamento.

Pelo exposto, solicitou ao senhor Presidente que os informassem sobre quantos passes Navegante Municipal tinham sido vendidos no primeiro trimestre e qual a evolução face ao número de passes vendidos no mesmo período de 2022.

Referiu que a Câmara Municipal de Setúbal teria contratado um estudo à empresa “Consulmark 2”, sobre as necessidades dos munícipes a nível concelhio e de freguesia. No passado dia 3 de fevereiro, o senhor Presidente assinara um contrato com aquela empresa sob a forma de ajuste direto, para a prestação de serviços de um estudo sobre as necessidades dos munícipes a nível concelhio e de freguesia e naquele procedimento de ajuste direto tinha sido definido um prazo de 40 dias para a execução do estudo, cujo prazo tinha terminado. Questionou o senhor Presidente, sobre quem tinha construído o “Script”, quem definira quais seriam as perguntas a colocar aos entrevistados, quem validara essas mesmas perguntas, quem tinha validado o “Script” que tinha servido de base às entrevistas. Caso o senhor Presidente não tivesse presente as respostas àquelas questões, certamente que o seu assessor Paulo Anjos, que era sempre tão interventivo quando os vereadores da oposição estavam no uso da palavra, conhecia aquele estudo em pormenor, uma vez que tinha sido o gestor do contrato e poderia prestar os devidos esclarecimentos.

Requeru que fosse enviado aos vereadores do Partido Socialista, o “Script”, o relatório final do estudo e todas as peças que tivessem sido produzidas pela empresa adjudicatária pelo município de Setúbal.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que na semana passada tinha sido noticiado em vários meios de comunicação social, que tinha havido uma recusa da saída de uma viatura para responder a um acidente, com um camião que transportava matérias perigosas. De acordo com a informação da comunicação social o senhor Comandante da Companhia de Bombeiros, não permitiu que a viatura saísse. Tendo em conta aquilo que estava descrito no n.º 3, da Diretiva Operacional Nacional sobre aquelas matérias, elaborada pela Proteção Civil, gostariam de perceber quais os fundamentos para aquela decisão.

Disse que gostaria de perceber como estava a decorrer a assunção das novas responsabilidades, em matéria de ação social, uma vez que ocorrera a transferência de competências.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que também iria falar sobre a notícia que tinha saído, sobre o facto de o Comandante dos Bombeiros Sapadores de Setúbal ter sido acusado de recusar meios pelo despiste do camião com matérias perigosas. Uma notícia que tinha saído em vários jornais, inclusive no Correio da Manhã, pelo que a sua pergunta ficava prejudicada pela pergunta feita pela senhora Vereadora Sónia Martins, no entanto, ficariam a aguardar os esclarecimentos por parte do senhor Presidente, dado que se tratava de algo que preocupava a todos.

Relativamente ao processo negocial ou de conversações com a empresa Data Rede, disseram-lhes ao longo dos últimos meses, que a Câmara Municipal de Setúbal estaria num processo de conversação e negociação com a empresa. No entanto, estavam a assistir ao aumento do estacionamento tarifado e não tinham notícia de mais nada, sendo que gostariam

de obter informações por parte do senhor Presidente ou da senhora Vereadora Rita Carvalho, em que ponto estaria aquele processo negocial e como estaria a contrapartida que passava de um milhão de euros. Questionou, também, se o dinheiro iria para a Câmara Municipal e se iria ser feita uma infraestrutura, uma vez que a parede que estaria prevista ser construída no Largo José Afonso já não iria avançar. Disse que gostaria de saber se haveria alguma negociação em termos de redução de lugares tarifados, no sentido de não chegarem a zonas residenciais, assim como gostariam de saber em que ponto estaria a construção do estacionamento previsto, sendo que um deles já deveria ter iniciado a sua construção e à qual desconheciam. A única coisa que os setubalenses sabiam e que os vereadores do Partido Socialista conheciam, era que continuavam a assistir a um alargamento dos lugares de estacionamento tarifado.

No âmbito das jornadas de proximidade, que os vereadores do Partido Socialista tinham vindo a fazer junto das instituições, nas freguesias e bairro a bairro gostariam de levantar algumas questões, sendo que uma das questões estaria relacionada com um corrimão que estava junto à Associação Humanitária de Bem Fazer de São Paulo, do qual era necessário fazer uma rápida intervenção, porque passavam muitas pessoas, nomeadamente pessoas idosas e o corrimão estava num estado de degradação que poderia cair muito em breve, podendo provocar alguma situação desagradável. A situação já tinha sido identificada pela associação junto da Câmara, mas os meses passaram e a intervenção ainda não tinha sido feita. Desconhecia se a intervenção deveria ser feita pela Câmara Municipal ou pela Junta de Freguesia, no entanto, deixava o registo para que a situação fosse resolvida.

Referiu que na Rua Vale do Cobro, no Bairro da Liberdade, sempre que chovia ficava tudo enlameado e as pessoas tinham de se meter na lama para jogar o lixo nos respetivos contentores. Para solucionar aquela situação sugeriu que se deslocasse os referidos contentores, resolvendo o problema de quem ali vivia.

O senhor Presidente tinha dito na última reunião que a Câmara Municipal de Setúbal agia sempre com enorme rigor e quando tentava fugir ao debate do presente, fazia muitas vezes a comparação com o tempo do Partido Socialista, tentando levar o debate para um passado que já tinha muito mais de vinte anos. Recordou que, em 2021, tinha sido apresentado em reunião de Câmara, por aqueles que diziam ser os grandes defensores dos trabalhadores portugueses, um processo disciplinar que, na altura os vereadores do Partido Socialista chamaram a atenção para vários factos, pelo que o referido processo não deveria seguir. No entanto, os senhores entenderam que aquele processo disciplinar deveria seguir para a frente e que o trabalhador em questão deveria ser castigado. O trabalhador terá recorrido para tribunal e pasme-se, o tribunal deu-lhe razão e também terá dado razão aos argumentos levantados na altura pelos vereadores do Partido Socialista. Informou o senhor Presidente que falar de rigor e da forma como os vereadores do Partido Socialista geriam aqueles assuntos, certamente que tinham muitos outros exemplos desse mesmo rigor e da forma como faziam a defesa dos trabalhadores. A defesa dos trabalhadores não deveria ser feita só através das bandeiras de protesto, deveria ser feita quando estavam no exercício do poder, que seria o caso do Partido Comunista Português, que tanto dizia defender os trabalhadores, mas quando estava no poder verificava-se precisamente o contrário.

De imediato iria ler, para que o senhor Presidente não dissesse, como era habitual, que seriam coisas inventadas da sua cabeça ou chamando o Mata Cáceres à coação, a sentença do tribunal que condenava a Câmara Municipal de Setúbal. Os senhores vereadores que tinham tempo inteiro na Câmara Municipal de Setúbal determinaram aplicar a sanção disciplinar de suspensão pelo período de 20 dias, com conseqüente perda de remuneração correspondente, bem como a contagem do tempo de serviço para a atividade do trabalhador. No entanto, o tribunal anulou o ato de sanção disciplinar de 20 dias de suspensão aplicada e condenou a entidade nas custas do processo. Uma vez mais, tinham um exemplo da boa gestão e daquilo que era uma relação de diálogo com os trabalhadores.

Disse que, na última reunião, não tinha sido possível falar sobre o tema, ao ter dito que os vereadores do Partido Socialista consideravam um abuso claro de poder e uma utilização indevida do erário público, naquilo que tinha sido a elaboração de um "Flyer", distribuído pela

população, no qual referia aquilo que o Governo Central teria de fazer em Setúbal. O senhor Presidente e o seu executivo CDU, elencara uma série de questões de investimento, que o Governo Central deveria fazer em Setúbal. Aquele “Flyer” tinha sido elaborado pela autarquia e distribuído pelos CTT na casa de todos os setubalenses, a custos da Câmara Municipal e encerrava em si vários problemas.

Referiu que o primeiro problema estaria relacionado com o facto de ser um panfleto com matéria político-partidária. Aquilo que constava era a posição da CDU e não uma posição que tivesse sido decidida pela Câmara Municipal. A Câmara Municipal tinha um executivo que se deveria pronunciar sobre a atividade da Câmara, sobre as posições públicas que a Câmara tinha que tomar e o executivo não tinha tomado qualquer posição sobre aquela matéria.

Disse que o senhor Presidente e o seu executivo CDU vinha a elencar uma série de questões sem ter ido ao fundo das questões. A título de exemplo, referiu que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, através daquele folheto, dizia que a Câmara Municipal de Setúbal exigia ao Governo um investimento urgente e o cumprimento dos seus deveres em áreas fundamentais para o bem-estar dos setubalenses e azeitonenses.

Os setubalenses e azeitonenses votaram nas últimas eleições no Partido Socialista, numa maioria absoluta.

Questionou o senhor Presidente como se arrogava ser o porta-voz de todos os setubalenses, os mesmos setubalenses, que na mesma condição que os restantes portugueses, votaram em maioria absoluta no Governo do Partido Socialista, para resolver os problemas do país durante quatro anos e era isso que o Governo estaria a fazer.

Disse que percebia que aquele “Flyer” tivesse sido feito pelo Partido Comunista Português, o qual não estaria com dificuldades financeiras, no entanto, aquele “Flyer” não tinha sido feito pelo Partido Comunista Português, mas pela Câmara Municipal de Setúbal e era grave que assim tivesse acontecido.

Quando o senhor Presidente colocara a questão do hospital, deveria ter referido que as obras de ampliação do Hospital de São Bernardo já tinham arrancado. Os vereadores do Partido Socialista poderiam exigir da Câmara Municipal de Setúbal a elaboração de um folheto naqueles termos, a ser também distribuído, sobre o investimento que já tinha sido feito pelo Governo, que era suportado pelo Partido Socialista. O senhor Presidente em nome da Câmara Municipal referia aquilo que o Governo teria que fazer, mas também poderia ter enviado um “Flyer” a dizer aquilo que o Governo já tinha feito.

O senhor Presidente poderia ter enviado um “Flyer” a todos os setubalenses, dizendo aquilo que o executivo CDU prometera aos setubalenses e que ainda não tinha feito e que teria que fazer. A título de exemplo, referiu a nova Biblioteca Municipal, já prometida em três atos eleitorais, bem como o mega-investimento que vinha de Macau e que traria uma marina para Setúbal, um casino e hotéis de 5 estrelas. O “Wake Park”, o grande investimento que tinha sido anunciado pela antecessora do senhor Presidente e pelo executivo CDU, que dera páginas de primeiro jornal e um contrato assinado entre a Câmara Municipal de Setúbal e a respetiva empresa. Questionou o senhor Presidente sobre onde estaria aquele projeto.

Assim como a Cidade do Conhecimento, o Terminal 7 e tantos investimentos que tinham sido anunciados e que até à data ainda não tinham sido cumpridos pela Câmara Municipal.

Informou o senhor Presidente sempre que usava da palavra ouvia um ruído de fundo por parte dos seus assessores, e já não seria a primeira vez que o senhor Presidente tinha sido alertado para aquela situação, pelo que gostaria de continuar no uso da sua palavra sem ser interrompido pelos seus assessores. Percebia que tivessem um pouco animados com a sua intervenção, mas estaria quase a terminar.

Questionou o senhor Presidente se iria permitir que os seus assessores continuassem no uso da palavra.

Sr. Presidente – Disse que o senhor vereador era muito sensível, não seria perturbadora da mensagem que o senhor estaria a transmitir e já todos tinham percebido.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinha ficado registado para memória futura.

Referiu, em nome dos vereadores do Partido Socialista, que repudiavam aquele “Flyer”, que era político-partidário, que falava de situações sendo que algumas delas estavam a ser resolvidas e outras que já estavam resolvidas, e não deixava de fazer um ataque ao Governo. Percebia que o “Flyer” fosse feito pelos partidos políticos, pelo PSD, pelo CDS, pelo Chega, pelo Partido Liberal, pelo PCP e que fizessem os ataques que entendessem, porque estavam numa democracia, no entanto, o mesmo não deveria ter sido feito à custa do erário público. Aquilo que ali estava era uma vergonha e nunca devia ter acontecido a elaboração daquele “Flyer” da forma como tinha sido feito, era político-partidário que seguira para casa de todos os setubalenses.

Sobre aquela matéria deixou a informação que os vereadores do Partido Socialista agiriam em conformidade.

Sra. Vice-Presidente – Disse que estavam a registar um ano de transferência de competências na área da educação. O PSD questionou sobre a ação social e fazia todo o sentido dar conhecimento a todos os senhores vereadores, de uma forma sumária, aquilo que tinha sido a transferência de competências na área da educação. Tendo em conta que naquele dia tinha reunido a Comissão de Acompanhamento, de que faziam parte os senhores diretores de escola, a DGESTE através do Senhor Delegado Regional e a Vice-Presidente da Câmara, valeria a pena passar a informação aos senhores vereadores, daquilo que tinha sido aprovado por unanimidade, o balanço financeiro sobre a transferência de competências. Aquele balanço seria remetido aos senhores conselheiros do Conselho Municipal de Educação e seria distribuída uma cópia aos senhores vereadores, bem como a publicitação pública dos mesmos. Sendo que estariam a falar de nove meses de transferência de competências.

Disse que tinham recebido num total de receita de cerca de 7 milhões e 300 mil euros e apuraram um total de despesa de 8 milhões e 800 mil euros. Naquele momento, identificaram um défice de cerca de 1 milhão e 300 mil euros de despesa, estando tudo identificado naquele relatório, nomeadamente naquilo que se referia ao programa de generalização das refeições, no que se referia às “AFE” e depois a outras verbas que não tinham sido contabilizadas no Decreto-Lei n.º 21 e que estavam a ser sectorizadas por diversa legislação, como portarias e decretos-leis.

Não saberiam muito bem, como seria em relação ao ano de 2022, nomeadamente no que dizia respeito às questões do pessoal, uma vez que não estavam contemplados os seguros, a medicina no trabalho e os fardamentos.

Considerou aqueles números interessantes para perceberem o esforço que a Câmara Municipal tinha feito durante o ano de 2022 e dos mecanismos de ressarcimento daquelas verbas. Iriam enviar aquele balanço para a DGAL e estariam confiantes de que iria haver um encontro de contas em relação a todos aqueles valores.

Das portarias que foram aprovadas para o presente ano, ainda não tinham sido transferidas para a câmara quaisquer verbas, nomeadamente na Portaria n.º 10, que seria muito importante para as escolas, porque estariam relacionadas com o material e equipamentos de laboratório, de música, de educação física, bem como as questões relacionadas com as reprografias. Embora considerassem o valor insuficiente, porque estavam a falar de 6,30€ por aluno, no entanto, as escolas careciam bastante desse valor, para além da questão dos saldos que estavam retidos no IGF, alguns daqueles saldos municipais tinham sido transferidos para pagamento de despesas.

Durante aqueles 9 meses, a Câmara Municipal, no âmbito da gestão do pessoal, colocou mais de 30 assistentes operacionais nas escolas e estava naquele momento no processo de colocação de assistentes técnicos. Deparavam-se com muitas dificuldades no âmbito da substituição de algumas pessoas que estavam ausentes por doença e por doença prolongada o que tornava complicado a sua substituição, uma vez que os rários se encontravam cumpridos e apenas tinham recebido o valor correspondente ao rácio e não recebiam os valores para efetuar substituições.

Aquele processo tinha sido feito com o diálogo com os senhores diretores e a colaboração dos mesmos tinha sido imprescindível, mas começava por haver algum vazio de algumas verbas, que anteriormente eram transferidas pelo Ministério da Educação e que, naquele momento, não eram transferidas, nem para a câmara nem para sítio nenhum, criando algumas dificuldades nas escolas.

Logo que possível faria chegar o relatório do balanço das competências referente aos nove meses.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que a 30 de setembro de 2022 tinha sido apresentada na Assembleia Municipal, a petição pública pela conclusão da rede de saneamento básico em toda a extensão territorial da Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, uma vez que ao fim de 48 anos de democracia, uma parte significativa da sua população continuava sem ter acesso a saneamento básico. A petição tinha sido apreciada posteriormente, em 16/12/2022, na Comissão de Ambiente, naquela audição tinha sido transmitida a intenção pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal de começar a obra de imediato, através do lançamento de concurso público, durante o primeiro trimestre de 2023 e que inclusive tinha sido aprovada a abertura do procedimento de contratação de empréstimo de médio e longo prazo. Uma vez que o primeiro trimestre de 2023 já tinha passado, pretendiam um ponto de situação, porque o saneamento básico era um direito fundamental, acarretava riscos para a saúde pública, acentuava profundas desigualdades territorial e social e porque aqueles municípios já se encontravam à espera há demasiado tempo.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que iria responder às duas questões que lhe tinham sido colocadas, uma referente à reponderação do contrato do estacionamento tarifado, o qual estaria a ser avaliado essa possibilidade de reponderação. Disse que não havia ainda conclusões objetivas para ser apresentado, porque tratava-se de um processo moroso, com implicações financeiras. Estando a fazer todas as verificações internas e junto do concessionário na perspetiva de avaliar a reponderação, nomeadamente no que se referia a bolsas para estacionamento dedicado a residentes, bolsas de bilhetes diários, com uma tarifação diferenciada e os estudos de alteração à obra que estava previsto no anexo 9 do contrato, a alteração do Largo José Afonso, cujo processo provavelmente seria mais fácil e mais rápido do que a reponderação. Disse que a perspetiva se mantinha de acordo com o que tinha sido anunciado, que seria a reponderação naquelas diferentes perspetivas, que obviamente teriam que ser avaliadas juridicamente e tecnicamente estariam a fazer internamente junto do concessionário.

Sobre a intervenção do Vereador Joel Marques, relativamente à venda do número de passes Navegante Municipal, não tinha ainda os dados finais relativos ao primeiro trimestre. Disse que já tinha sido solicitado à TML e assim que tivessem dariam conhecimento à Câmara do resultado daquilo que tinha sido a venda de passes municipais e da eficácia da medida.

Sr. Vereador Pedro Pina – A propósito da questão colocada pela senhora Vereadora Sónia Martins, disse que tinha sido assinado na segunda-feira, os protocolos com as instituições e não era possível à presente data fazer objetivamente um balanço. No entanto, registavam a satisfação pelo processo e pela forma como tinha sido conduzido com as instituições, dando uma sequência àquilo que estava inscrito, nas responsabilidades que decorriam da responsabilidade da Câmara Municipal. Seria um primeiro ano de avaliação, havia um conjunto de variáveis que só o tempo e só a relação estreita com o exercício das funções e das competências, lhes permitiria afinar algumas questões. Continuavam a considerar que havia matérias que deveriam ter sido ponderadas, nomeadamente aos meios e aos recursos para fazer face àquilo que eram as respostas e as necessidades. Àquela data aprez-lhes registar o bom andamento da consecução da assinatura dos protocolos, pensando que foram ao encontro daquilo que eram as necessidades e as capacidades que a Câmara tinha para responder às solicitações. Tinha sido possível através da Câmara Municipal a revisão de acordos, que há mais de 20 anos não eram revistos. Poderia comprometer que iriam avaliar e

iriam parametrizar a execução daquela transferência de competências e a própria Câmara teria a necessidade e obrigatoriedade de fazer aquela avaliação, para depois partilhar com os eleitos da Câmara Municipal, não só as preocupações que mantinha como também o bom andamento dos trabalhos.

A propósito da intervenção do Vereador Fernando José, disse que compreendia que quem tinha o duplo papel de ser deputado na Assembleia da República, a suportar o Governo do Partido Socialista e de ser vereador do Partido Socialista, por vezes tivesse a dificuldade decorrente das funções de confundir papéis. Era normal o desgaste, era muito o esforço e muita das vezes acontecia a circunstância de quando é que seriam uma coisa e de quando é que seriam outra. Muitas vezes, autarcas naquela Câmara, que já tinham passado pela Assembleia da República, eram apelidados de deputados e outras vezes de vereadores, porque estariam relacionados com dupla função. Por essa razão, era importante saber não confundir papéis e se alguém confundia esses papéis tinha sido o Vereador Fernando José.

Gostaria de perceber se o senhor Vereador Fernando José não se identificava com grande parte das exigências que eram feitas. Naquela Câmara o que lhes interessava defender seria os municípios da Gâmbia a Azeitão, da União de Freguesias a São Sebastião, passando pela Freguesia do Sado. Em matérias tão estruturantes para o nosso município gostaria que o senhor Vereador Fernando José tivesse defendido intransigentemente os superiores interesses da região, da autarquia e os superiores interesses dos concidadãos.

O senhor vereador Fernando José sabia que algumas das responsabilidades, como seria a da transferência de competências e com as dificuldades objetivas que eram trazidas tantas vezes à discussão, fossem confirmadas. O senhor Vereador arrogava-se à celebração das obras do hospital, no entanto, aquelas obras já deveriam ter iniciado há dois anos e a penalização diária e permanente de todos aqueles que se socorriam do Hospital de São Bernardo não seriam resolvidas com as obras. Estavam todos satisfeitos e não haveria ninguém naquela sala que fosse indiferente àquele processo, mas o senhor teria de ser o primeiro a reconhecer que as obras tinham um atraso de dois anos, sendo responsabilidade direta e objetiva do Governo do Partido Socialista naquela matéria. Disse que os senhores vereadores do Partido Socialista eram pródigos em dizer que a Câmara Municipal tinha feito naquele ano um corte ao Teatro de Animação de Setúbal, esquecendo-se sistematicamente de dizer que não tinham sido apoiados pelo Ministério da Cultura, nas candidaturas à DGESTE. O senhor Vereador Fernando José tinha feito o compromisso perante todos os outros eleitos da Câmara Municipal, de tentar perceber quais eram as possibilidades e tentar diligenciar esforços, no entanto, ainda estavam a aguardar respostas sobre essa matéria. Mais uma vez questionou onde é que começava o vereador e onde é que acabava o deputado.

No que se referia à defesa dos trabalhadores, informou o senhor Vereador Fernando José, que poderiam não estar muitas vezes ou quase sempre, sujeitos a uma convergência de opinião, no entanto, havia que referir que existia uma grande confusão, quando os senhores Vereadores do Partido Socialista gostavam de entrar numa narrativa ideológica e de pretender assinalar a narrativa do protesto pelo protesto. Nos últimos meses não tinha sido a narrativa ideológica que o senhor Vereador Fernando José tantas vezes gostava de assinalar, mas quando viam os professores a protestarem, não seria simpático dizer que era a bandeira do protesto do PCP que movimentava as centenas e os milhares de professores. Quando viam as dezenas e centenas de profissionais na área da saúde, de norte a sul do país, absolutamente insatisfeitos, quando assistiam a admissões sistemáticas, do norte ao sul, de diretores de serviços dos hospitais, quando viam greves permanentes. Querer aplicar a “regra três simples” de que lá vinha o papão do Partido Comunista, que tinha uma opinião de um lado e uma opinião do outro, o senhor Vereador Fernando José seria o primeiro a reconhecer que também tinha “dois pesos e duas medidas”, o mesmo tinha acontecido com a conversa da semana anterior, relativamente ao aumento do salário mínimo nacional, se tinha ou não cabimento para aumentar.

Disse que deveriam conviver com urbanidade naquilo que eram os ruídos colaterais, por essa razão desafiou o senhor Vereador Fernando José para que fossem todos urbanos e



tratassem com urbanidade as diferentes intervenções que ali eram feitas, quer pelo público que assistia condignamente às reuniões de Câmara, quer pelos problemas que traziam no sentido de os ver resolvidos. Desafiou o senhor Vereador Fernando José a ter a mesma disponibilidade quando as intervenções eram feitas por outros vereadores e que mantivesse essa urbanidade, para que não fosse apenas uma expressão dirigida à bancada, fosse ela vinda do público ou de quem assistisse e de quem acompanhava diretamente e profissionalmente as atividades que eram desenvolvidas pela Câmara Municipal. A melhor forma de fazerem bem as coisas, passaria por dar o exemplo e quando assim não era, seria difícil pedir que os outros também o fizessem.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que pedira a palavra uma vez que tinha sido visado pelo senhor Vereador Pedro Pina e em termos de urbanidade não pediam meças a ninguém. Disse que na última reunião de Câmara tinha ficado bem visto, que os à parte eram próprios de todas as bancadas, inclusivamente de quem tanto criticara esses à parte e que na última reunião de Câmara tivera a oportunidade de o fazer, cada vez que os Vereadores do Partido Socialista faziam as suas intervenções.

Disse que o senhor Vereador Pedro Pina tinha tentado desviar aquilo que era o assunto principal. O senhor Vereador Pedro Pina tinha questionado onde começava o vereador e acabava o deputado, informou-o que o deputado/vereador começava na cabeça e acabava nos pés, com 1,74m de altura. Seria um setubalense, que tanto na Assembleia da República como na Câmara Municipal de Setúbal, defendia os interesses dos setubalenses e de toda a região. O senhor Vereador Pedro Pina fazia a confusão, assim como a CDU, quando tentavam induzir no erro de que o Governo não queria saber dos setubalenses, que o Governo maltratava os setubalenses, que o Governo era mau para os setubalenses, no entanto, e só a Câmara Municipal de Setúbal, através da CDU, era quem fazia a defesa dos interesses dos setubalenses, o que não seria o mais correto. O Governo do Partido Socialista, na semana anterior, tinha estado em Setúbal para anunciar importantes investimentos e importantes medidas, nos quais os senhores vereadores da CDU tiveram a ocasião de acompanhar de braço dado com o Governo, numa iniciativa que tinha sido bastante positiva, ouvindo os vários investimentos previstos para a região e para o concelho de Setúbal. Tal como os autarcas eleitos na Câmara Municipal de Setúbal, também os deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Setúbal faziam a defesa de toda uma região. O senhor Vereador Pedro Pina disse que as obras no Hospital de Setúbal já deviam ter arrancado, no entanto, as obras arrancaram e tinha sido explicado por que razão não tinham arrancado mais cedo. As obras do hospital estavam em curso, mas aquilo que não sabiam era quando iriam arrancar as obras da tal prometida nova Biblioteca Municipal de Setúbal, que servira para três "Outdoor", sendo que há 10 anos que aquelas obras deviam ter arrancado. Ainda na última campanha eleitoral surgira mais uma vez o "Outdoor", já um bocado amarrotado, a anunciar uma vez mais a construção da nova Biblioteca Municipal. A questão que se colocava não se tratava de quem fazia a defesa do quê, todos faziam a defesa dos portugueses e o Governo tinha sido eleito para durante quatro anos resolver os problemas dos portugueses e caminhava lado a lado com os portugueses. Poderiam sempre exigir mais, mas fazendo uma comparação com aquilo que era a situação dos portugueses em 2015, mesmo depois de uma pandemia, de uma situação de crise política provocada pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda, uma crise provocada por uma guerra que alguns teimavam em chamar de intervenção militar. Comparando aquilo que era a vida dos portugueses em 2015, com a que se viva atualmente, havia situações claramente positivas e o Governo continuava nesse caminho. Não poderiam cair no erro do senhor Vereador Pedro Pina e da CDU, que tentavam trazer exclusivamente para si a defesa dos setubalenses. Aquela defesa era feita por cada um dos presentes, que seria no Governo, na Assembleia da República e na Câmara Municipal de Setúbal e enquanto autarcas eleitos.

Aquilo que estava em causa e sobre isso nem uma palavra, era o facto da Câmara Municipal de Setúbal ter produzido um "Flyer" que consubstanciava uma clara ação político-partidária, com aquilo que era a posição da CDU. Um "Flyer" idêntico tinha sido elaborado e distribuído

na mesma altura, com a mesma configuração gráfica em Alcácer do Sal, pelo que desconhecia se o designer trabalharia para as duas Câmaras Municipais. Tinha sido uma coincidência, mas teriam de perceber, porque em Alcácer do Sal e em Setúbal tinha saído um “Flyer” pago pelo Município de Alcácer e pelo Município de Setúbal, com uma crítica ao Governo, numa ação político-partidária. A Câmara Municipal de Setúbal não poderia entrar naquela ação político-partidária.

Questionou o senhor Presidente, sobre qual tinha sido o objetivo daquele “Flyer” ter sido enviado para casa de todos os setubalenses.

A Câmara tinha pago a sua elaboração, a sua impressão e enviara para casa de todos os setubalenses.

Questionou o senhor Presidente, se caso os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista quisessem fazer um “Flyer”, sobre o que o Governo central já tinha feito em Setúbal, se a Câmara Municipal também iria pagar e se também pagaria a sua distribuição.

Questionou o senhor Presidente, se os Vereadores do Partido Socialista pretendessem fazer um “Flyer”, dizendo o que a Câmara Municipal de Setúbal através do executivo CDU, ainda não tinha feito, criticando o aumento do estacionamento tarifado e se o senhor Presidente da Câmara autorizaria que o mesmo fosse elaborado pela Câmara. Aquele tipo de “Flyer” deveria ser pago pelos partidos políticos e naquele caso deveria ser pago pelo Partido Comunista Português, esteve na página do Município, certamente viria no Jornal do Município, onde os vereadores da oposição nem sequer tinham direito a expressar a sua opinião. Muitas das vezes aquilo que vinha na página do jornal era a opinião apenas de uma parte do executivo, esquecendo-se que o mesmo era formado pelo senhor Presidente, pelos vereadores eleitos da CDU, pelos vereadores eleitos do PSD e pelos vereadores eleitos do Partido Socialista. Existia uma maioria na oposição, mas aquilo que acontecia é que os senhores continuavam a espaçar naqueles órgãos do município, aquilo que era a posição da CDU. Aquela situação já acontecera por diversas vezes e continuava a acontecer.

Disse que repudiavam aquele tipo de utilização do dinheiro público para aqueles fins, não só na elaboração como na distribuição através do correio a todos os setubalenses. Tratava-se de pura campanha político-partidária.

Disse que já tinham feito a participação às entidades competentes e iriam aguardar pela conclusão do respetivo processo.

Sr. Vereador Pedro Pina – Lembrou o senhor Vereador Fernando José, que por vezes, naquela dupla condição se esquecia, sendo verdade que tinha uma maioria parlamentar na Assembleia da República, quem tinha ganho as eleições em 2021 para a Câmara Municipal de Setúbal, tinha sido a CDU, sem prejuízo daquilo que era a relação de forças que ali estavam apresentadas, significava que haveria competências que objetivamente estariam atribuídas ao senhor Presidente da Câmara Municipal, eleito pela CDU, bem como aos vereadores que tinham competências executivas, nomeadamente dos pelouros que acompanhavam. Era uma matéria que não deveria restar dúvidas.

O executivo municipal da CDU sabia separar o que era o papel institucional da Câmara Municipal na relação com o Governo, fosse no presente com o Governo do Partido Socialista ou no passado no Governo do Partido Social Democrata/CDS, tendo a ver com as boas normas institucionais. Receber com dignidade membros do Governo na cidade de Setúbal, nada teria a ver com convergências ou nada teria a ver com o andar de braço dado, apenas estavam no cumprimento do dever enquanto eleitos da CDU da Câmara Municipal, pelo que lhes competia dar boa conta daquilo que seriam as atividades.

Questionou o senhor Vereador Fernando José se a biblioteca a que se estava a referir, era exatamente aquela referente ao multiuso, muito parecido com o multiuso que estava previsto para a cidade de Caminha, que por acaso, rapidamente desaparecera das páginas do Partido Socialista.

Questionou o senhor Vereador Fernando José se seria daquela biblioteca que estaria a falar e se seria no mesmo sítio que estaria a falar.

O senhor Vereador Fernando José e a bancada do Partido Socialista ficavam incomodados quando ouviam comentários, mas depois também não respeitavam quem fazia as intervenções.

Iria voltar a repetir para que não houvesse dúvidas, que na campanha em 2021, o Partido Socialista apresentara uma proposta de um multiuso para o Largo José Afonso, muito parecido a um multiuso para aquele mesmo espaço.

No que se referia à biblioteca continuavam a aguardar candidaturas objetivas, para o financiamento da biblioteca, porque não havia candidaturas para financiamento de bibliotecas, como os senhores vereadores bem sabiam. A expectativa relativamente ao quadro do “Portugal 2020” esgueirou-se e depois com o PRR voltou-se a não se concretizar. Tratava-se de investimentos de grande monta e que não deixavam de ser relevantes.

Na outra matéria do folheto, para além da discordância do folheto em si mesmo, questionou se o senhor Vereador Fernando José estava em desacordo, se revia naquelas questões ou se acharia que se tratava de questões que não seriam relevantes para a população de Setúbal.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Vereador Pedro Pina teimava em colocar questões às quais teriam de responder. Durante três atos eleitorais a CDU, apresentara no Largo José Afonso, um mega “Outdoor” anunciando a construção de uma nova biblioteca. Não tinham sido os Vereadores do Partido Socialista, não tinha sido o Partido Socialista, mas tinha sido a CDU. Em momento algum desse mega “Outdoor” tinha sido colocado, que o mesmo só seria concretizável se existissem fundos comunitários ou candidaturas. Não estavam a dizer que se tratava de publicidade enganosa, mas na realidade tinha havido um compromisso com os setubalenses que não tinha sido cumprido.

Relativamente à questão do multiuso, se fosse vereador do Desporto e da Cultura na cidade de Setúbal, que era capital de distrito, e ao fim de 20 anos não tivesse ainda conseguido um pavilhão multiusos sentir-se-ia envergonhado.

Aconselhou o senhor Vereador Pedro Pina a visitar Rio Maior e certamente ficaria envergonhado quando verificasse aquilo que lá estava, aquilo que tinha sido feito pela visão de um presidente de câmara do Partido Socialista.

Sr. Presidente – Questionou o senhor Vereador Fernando José, sobre quem tinha pago o referido pavilhão.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que certamente terá sido pago por fundos comunitários e pelos portugueses.

Sr. Presidente – Questionou o senhor Vereador Fernando José, quem tinha pago a formação da Seleção Nacional. Referiu que o senhor Vereador Fernando José dizia coisas que lhe vinha à cabeça, mas deveria ser um pouco mais atento à realidade e aos factos.

Sr. Vereador Fernando José – Caso tivessem vencido as eleições, como tinha sido o objetivo que não conseguiram realizar em 2021, mas certamente iriam concretizar em 2025, depois explicariam como as coisas se deveriam fazer.

Disse que tinham assumido compromissos com os setubalenses e os compromissos que o Partido Socialista assumira com os setubalenses eram para cumprir. O Partido Socialista já tinha dado provas que “*palavra dada era palavra honrada*”.

O que estaria em causa seria o “Flyer”, pelo que terá questionado o senhor Vereador Pedro Pina, como é que justificavam a fundamentação para aquele “Flyer” ter sido elaborado pela Câmara Municipal de Setúbal e distribuído na caixa de correio de todos os setubalenses. Tratava-se de uma ação político-partidária.

Nas várias conversas que tiveram com peritos na matéria, também tinha sido o entendimento de que havia um processo que certamente iria dar os seus resultados.

Uma vez que o senhor Vereador Pedro Pina falava em projetos que eram anunciados e não eram concretizados, questionou o senhor vereador do pelouro, o que seria feito do grande

projeto anunciado em páginas de jornal, do “Wake Park”, previsto para junto do Politécnico, onde já existia um contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Setúbal e o investidor. Passados estes anos todos, gostariam de saber qual tinha sido o problema, o que tinha acontecido naquele momento.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador Fernando José ia fazendo muitas perguntas e no final, ir-se-ia arrepender de ter feito tantas perguntas, mas a senhora Vereadora Rita Carvalho iria responder.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Informou que o processo, como era do conhecimento do senhor Vereador Fernando José, estava preso no Ministério da Agricultura, porque levantaram questões relativamente ao facto de serem solos agrícolas. O Ministério levantara inúmeras questões e sempre que a Câmara respondia a uma das questões, identificavam outra questão.

Relativamente à construção de complexos desportivos ou de qualquer outra iniciativa, certamente que em outros municípios não assumiam investimentos e obra pública que coubesse ao Governo, nomeadamente a recuperação do Convento de Jesus.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que havia uma coisa que o Partido Socialista poderia ter a certeza, o executivo CDU não enganava os setubalenses e não dizia que iria fazer coisas onde elas não pudessem existir. Lamentou que se fizessem propostas como aquelas que foram feitas, de construir um multiuso onde ele não poderia ser construído, porque qualquer multiuso daquela dimensão, não tinha capacidade pelas exigências práticas e objetivas. Desafiou o senhor Vereador Fernando José a trazer a execução de um projeto da dimensão como os senhores apresentaram, e também o desafiou a ser justo, para perceber onde é que haveria investimento para infraestruturas, tal como piscinas ou equipamentos desportivos, em diferentes zonas do país, porque na península de Setúbal isso não acontecia.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que existiam questões que necessitavam de esclarecimentos adicionais. O senhor Vereador Pedro Pina tinha acabado de dizer que a CDU não se comprometia com coisas que não conseguia cumprir, no entanto, tinham falado há poucos segundos do “Wake Park”. Como a senhora Vereadora Rita Carvalho bem sabia, os terrenos que a Câmara Municipal de Setúbal arrendara ao investidor para instalar o “Wake Park”, eram terrenos da Câmara Municipal de Setúbal, terrenos de reserva agrícola e classificados como categoria A ou B, tratava-se de categoria de terrenos que não eram passíveis de alteração de retirada de Reserva Agrícola Nacional. Como era do conhecimento da senhora Vereadora, durante o período em que tinha sido negociado a revisão do PDM e em que decorreram as duas reuniões com o Ministério da Agricultura e outras entidades, no sentido de fazer algumas alterações ao solo, a Câmara Municipal de Setúbal entendera atribuir uma determinada capacidade de utilização àquela parcela, que não fosse compatível com um terreno inscrito em Reserva Agrícola de classe A ou B.

A Câmara Municipal de Setúbal assinara em 2006 ou em 2007, um acordo com o investidor e terá feito avançar com os projetos, com o investimento de tudo aquilo que seria o desenho do “Wake Park”, para que pudessem avançar com a construção do referido parque, mas não tiveram a capacidade de negociar com o Ministério da Agricultura no tempo adequado, devido à alteração da classificação do solo. Na verdade, a Câmara Municipal vendera ao investidor a simplificação de todo o processo, arrendara o terreno municipal para que o “Wake Park” fosse instalado e não tivera a capacidade de perceber que naquele terreno, nas circunstâncias atuais, um terreno de Reserva Agrícola com uma classificação de terreno A ou B, seria impossível, em condições normais, instalar aquele parque.

Sobre aquilo que seria a promessa de projetos não exequíveis, ficaria tudo dito.

Sr. Presidente – Chamou a atenção dos senhores Vereadores, que antes de fazerem afirmações era melhor saberem do que estariam a falar. Estavam a dar uma imagem de

Vereadores da Câmara Municipal, que não tinham a mínima noção do que estavam a falar e depois daria resultados muito negativos.

Sra. Vereador Rita Carvalho – Disse que tinham sido feitas uma série de observações relativamente ao “Wake Park”. Aquele parcela tinha solos agrícola, solos não agrícolas, solos de categoria A e B. Certamente seria do conhecimento do senhor Vereador, porque falara com algum conhecimento de causa, que tinha sido feito um estudo de impacto ambiental para aquele projeto e todas as entidades com competências de jurisdição naquele território se pronunciaram, inclusivamente a DRAP/Ministério da Agricultura, que em nada se pronunciara no âmbito do estudo de impacto ambiental, sendo no pressuposto que se poderia concretizar aquele investimento. Só teria dado um parecer desfavorável, após inúmeras reuniões entre a Câmara Municipal e o Ministério da Agricultura/DRAP, tanto no âmbito da revisão do PDM como no âmbito daquele processo, em particular, e só tinha dado um parecer desfavorável no âmbito do processo de licenciamento, o que seria defraudar completamente.

Sr. Presidente – Disse que os senhores Vereadores deveriam ter mais cuidado quando falavam ou faziam perguntas no sentido de quem sabia do assunto, deveriam dar resposta para que pudessem ficar mais bem esclarecido e não vir fazer afirmações de matérias complexas, que não tinham o mínimo de sustentação.

Sr. Vereador Joel Marques – Desafiou o senhor Presidente e os restantes vereadores poderem ler as atas das reuniões, no âmbito da revisão do PDM, entre o Presidente da Câmara Municipal e DRAPLVT, que seriam explícitas.

Sr. Presidente – Disse que desconhecia aquelas atas e não tinha participado nelas, mas sabia que tinha sido feito aquilo que a senhora Vereadora Rita Carvalho referira, que seria bastante significativo. A Comissão Técnica de Acompanhamento do Estudo de Impacto Ambiental representava todos os ministérios, o que seria suficiente para se perceber. Para aquele processo avançar era necessário que o investidor tivesse um documento que dissesse que quem tinha a propriedade, disponibilizaria aquele terreno para fazer aquele investimento. Uma vez que o processo não tinha tido consequências, seria uma das questões fundamentais para o processo se desenvolver, razão pela qual a proposta tinha vindo a reunião da Câmara. Referiu que já ia longo o Período de Antes da Ordem do Dia, no entanto, existia questões que eram importantes dar resposta.

Informou a senhora Vereadora Patrícia Paz, relativamente à questão do saneamento em Gâmbia, havia um compromisso do executivo para com a população, que as obras se iniciariam no mês de março de 2023, mas o mês de março terminara e as obras não se iniciaram, no entanto, poderia garantir que brevemente se iriam iniciar. Tudo aquilo tinha uma explicação e a senhora Vereadora poderia estar mais atenta, o investimento inicial estava num empréstimo que a senhora Vereadora aprovara para iniciar aquelas obras e até ao momento o Tribunal de Contas ainda não tinha dado o visto. A senhora Vereadora acompanhava aqueles processos e trouxe a questão, mas era preciso que estivessem a iludir as pessoas que os ouviam, no sentido de dizerem que prometeram e não cumpriram. A Câmara prometera e iria cumprir, no entanto, terá existido um processo que não dependera da Câmara Municipal e de entidades que tinham as suas competências e os seus tempos para intervir. Há mais de três meses que o Tribunal de Contas tinha o processo para dar o visto ao empréstimo para iniciar aquelas obras. Iriam ter de fazer alguns procedimentos para que, a rubrica ficasse com a garantia para poder iniciar as obras, porque não poderiam contratar obras sem ter verbas na rubrica. Aquele compromisso era para cumprir, como acontecia na generalidade dos casos.

Informou o senhor Vereador Joel Marques, sobre a questão do contrato com a “Consulmark 2”, que aquele executivo municipal fazia aquilo que achava melhor, para melhor servir as populações e uma das formas que o conhecimento científico permitia era a elaboração de estudos junto da população, para saber quais os problemas que as pessoas sentiam e que a

Câmara Municipal teria de estar atenta para dar resposta. Aquele estudo tinha sido encomendado, estava feito e certamente que lhe iria enviar os resultados que a empresa apresentara.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que depreendera das palavras do senhor Presidente que o mesmo já tinha lido os resultados integrais do estudo e de todas as questões que foram colocadas nesse estudo. Há pouco tinha perguntado quem tinha elaborado o “script”, quem tinha validado o “script” e o senhor Presidente não tivera oportunidade de responder, não saberia se iria responder em seguida, uma vez que já se tinha disponibilizado para lhes fazer chegar o relatório do estudo. Disse que o senhor Presidente tinha considerado razoável que a Câmara Municipal de Setúbal tivesse gastado 19.500 euros mais IVA, para perguntar aos municípios que avaliassem, numa escala de 1 a 5, a simpatia do Presidente de Câmara.

Sr. Presidente – Disse que aquilo que constava no estudo, o senhor Vereador iria ter oportunidade de verificar. Tratava-se de uma empresa da especialidade que criara um quadro de questões a colocar, as quais foram validadas. Como poderia verificar, tratava-se de perguntas que vinham como em quaisquer outros estudos de opinião.

Sr. Vereador Joel Marques – Questionou se tinha sido o senhor Presidente que validara o “script”.

Sr. Presidente – Disse que tinha validado as questões que tinham sido colocadas. Quando o senhor Vereador verificasse o documento poderiam voltar a falar sobre o assunto.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que conhecia as questões que constavam, por essa razão questionara se o senhor Presidente considerava razoável, uma vez que tinha validado o “script”, que a Câmara Municipal de Setúbal gastasse 19.500 euros mais IVA, para pedir aos cidadãos de Setúbal que avaliassem, numa escala de 1 a 5, a simpatia do senhor Presidente.

Sr. Presidente – Disse que aquelas questões não tinham sido colocadas naquele estudo.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que aquelas questões tinham sido colocadas. Tinha sido pedido aos entrevistados que indicassem se conseguiam identificar o senhor Presidente da Câmara (...)

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador se metia por caminhos que não tinham a mínima base para defesa. Deveriam ir por partes.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tinha sido pedido aos entrevistados que indicassem se conseguiam identificar o senhor Presidente da Câmara (...).

Sr. Presidente - Disse que seria obrigado a retirar a palavra ao senhor Vereador. O senhor Vereador estava a fazer afirmações de coisas que não existiam.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tinha feito afirmações com conhecimento de causa.

Sr. Presidente – Questionou o senhor Vereador Joel Marques, se seria o mesmo a saber das questões que tinham sido validadas.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que sabia.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador que se tratava de uma coisa muito séria.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que era uma coisa séria e que por essa razão estariam a colocar a questão.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador que quando viesse o estudo depois falariam sobre o assunto.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que o senhor Presidente tinha dito que não era verdade, no entanto, era verdade. Inclusivamente perguntaram se conhecia o Vereador Fernando Miguel Catarino José, se conheciam a Vereadora Sónia Martins e se conheciam o Vereador Paulo Calado. Aquelas tinham sido as perguntas feitas no inquérito. No mesmo inquérito perguntaram se achavam que o Presidente da Câmara era simpático. Questionou o senhor Presidente se achava que aquilo seriam perguntas que a Câmara Municipal de Setúbal tivesse de fazer aos setubalenses. O senhor Presidente deveria responder àquilo que estava a ser perguntado.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador que estaria a falar de algo que desconhecia.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que o senhor Presidente tinha validado o “script”. Os senhores sabiam o que tinham questionado aos setubalenses. Uma vez mais tinha havido uma utilização indevida do erário público na utilização de meios da Câmara Municipal de Setúbal, para fazer um estudo prévio à imagem do senhor Presidente e isso não poderia ter acontecido, tal como tinha acontecido com aquele panfleto. Disse que iriam dar seguimento àquela situação.

Sr. Presidente – Disse que estariam com o tempo limitado e que iria ter muito tempo para falar sobre aquela situação em muitas outras reuniões, porque o mandato ainda não iria terminar.

Relativamente a uma informação que tivera a oportunidade de ver na comunicação social, sobre uma intervenção da Companhia de Bombeiros Sapadores. Questionaram-no sobre o que se tinha passado e informaram-no que se tratava de um pedido de trasfega de fardos de fertilizantes para outra viatura, não sendo considerado de socorro. Seria uma prestação de serviços à companhia de seguros da viatura identificada, sendo posteriormente cobrado, o valor do serviço, de acordo com a tabela de taxas da Câmara Municipal. Quem tinha a responsabilidade naquele dia entendera que não se justificava a intervenção dos Bombeiros Sapadores, para além de não ser no âmbito do território municipal. A questão tinha sido colocada ao segundo-comandante do subagrupamento da Península de Setúbal, que concordara com a decisão do comando. Recentemente acontecera uma situação idêntica no Seixal, sendo uma trasfega de gasolina, da mesma forma não tinham sido os bombeiros a fazerem a intervenção.

Agradecera ao senhor Vereador Fernando José as duas questões colocadas, relativamente ao corrimão, junto à Igreja de São Paulo e também na Rua de Vale do Cobro sobre a localização de contentores do lixo. Aquela seria a forma de poderem intervir adequadamente para melhor corresponderem às expectativas das populações.

Relativamente à questão do “Flyer” que o senhor Vereador Fernando José colocara, do qual tinha consigo um exemplar, caso o senhor Vereador não tivesse colocado a questão, certamente que seria o próprio a colocá-la.

Sr. Vereador Fernando José – Solicitou que o “Flyer” ficasse anexo à ata (conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 8)

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador que aquele seria um documento que estava no âmbito das responsabilidades de quem ganhara as eleições na Câmara Municipal de Setúbal. Quando aquele ou outro Governo vinha a Setúbal cabia-lhes voltar a lembrar às populações as responsabilidades que pertenciam ao Governo da altura, dar resposta.

Disse que o senhor Vereador tinha feito várias vezes afirmações de que a escola secundária, para responder aos alunos de Azeitão, seria construída e seria um compromisso. Na realidade todos os anos saíam umas centenas de alunos da escola 2/3 de Azeitão que continuavam a ir para Sampaio, para Sesimbra, para Palmela ou para Setúbal, porque não tinham direito a uma escola secundária na sua área de proximidade. Aquele tinha sido um compromisso de sucessivos governos. Era fundamental informar as populações, era um direito que estava na Constituição da República e que a Câmara Municipal de Setúbal tinha essa responsabilidade. Aquele documento estava assinado pela Câmara Municipal, não estava escondido e estava devidamente identificado.

Disse que gostaria que o senhor Vereador se pronunciasse exatamente sobre aquelas questões, eram apenas meia dúzia de questões de compromissos, que tinham vários anos e continuavam a arrastar-se. A título de exemplo, referiu os centros de saúde e do hospital de Setúbal, em que os sucessivos Governos não tinham assumido essa responsabilidade, a Câmara Municipal vinha assumindo, embora não fosse da sua responsabilidade, da parceria com a Administração Regional de Saúde, para a construção de centros de saúde em Setúbal e para isso cedera os terrenos há muito tempo, sendo que um dos terrenos já tinha sido cedido pelo então Presidente Mata Cáceres, um autarca com sentido de responsabilidade. Existiam autarcas que assumiam responsabilidades nas autarquias, outros que nunca tiveram essa responsabilidade e também ainda não lhes tinha chegado o dia de ponderar muito bem com as afirmações que faziam. A Câmara Municipal assumira a responsabilidade de estabelecer uma parceria com a Administração Regional de Saúde, cedendo os terrenos, sendo que alguns daqueles terrenos tinham valores muito superiores. A Câmara Municipal assumira o compromisso de lançar as obras, acompanhar as obras com os seus técnicos e com os seus trabalhadores. Seriam tudo custos e não seriam assim tão poucos quanto isso. No caso de Azeitão, assumiram a responsabilidade de fazer os projetos da especialidade que não eram meia dúzia de euros e assumiram fazer os arranjos exteriores do centro de saúde. Nada daquilo era da competência das câmaras municipais, no entanto, a Câmara Municipal de Setúbal, atenta à situação degradante dos cuidados de saúde no Município de Setúbal, assumira aquela responsabilidade. Sempre que faziam aquele tipo de investimentos, certamente que noutras áreas seriam prejudicadas nos seus investimentos. Era uma responsabilidade e uma decisão que assumiam, poderia haver municípios que não estivessem de acordo com a decisão.

Disse que estava em curso o processo relativamente ao centro de Saúde da Bela Vista, com a cedência do terreno, elaboração de projetos os quais estavam na Administração Regional de Saúde para parecer e quando chegasse esse parecer a Câmara Municipal apresentaria a candidatura para ter financiamento. A Câmara Municipal iria lançar o concurso, iria acompanhar as obras e assumiria também os arranjos exteriores.

Relativamente ao terreno na Praceta Maria Lamas estiveram os painéis desde o tempo em que a Câmara era dirigida pelo professor Mata Cáceres, o chamado centro de Saúde do Bairro do Liceu, o processo estava em andamento, embora houvesse a necessidade de ter um parecer prévio da Administração Regional de Saúde, porque se tratava de instalar alguns serviços administrativos e técnicos, a par do Centro de Saúde, por essa razão ainda não estaria tão avançado. Aqueles investimentos que não eram da responsabilidade das câmaras municipais, assumiram-no por duas razões fundamentais, porque tanto o Centro de Saúde de Azeitão como o Centro de Saúde do Bairro de Nossa Senhora da Conceição, eram equipamentos que não correspondiam às necessidades do trabalho dos profissionais, como não correspondiam às necessidades das populações. Daí a decisão do executivo CDU fazer aquele investimento e de estabelecer a parceria. Tal como tinha tido a oportunidade de explicar ao senhor Ministro da Saúde, consideravam que, quando houvesse centros de saúde com instalações de qualidade, com condições para servir as populações, as urgências do Hospital Central deixariam de ter a atual pressão. Aquelas seriam as razões bem fortes para a Câmara Municipal se ter envolvido naquele processo, estavam a falar de investimentos de milhões de euros por parte da Câmara Municipal, nos três Centros de Saúde, nas componentes que a Câmara Municipal assumia, em terrenos, projetos, arranjos exteriores e

acompanhamento da obra. Esperavam que a Administração Regional de Saúde cumprisse quando apresentassem as candidaturas.

Disse que o Centro de Saúde de Azeitão iria estar concluído dentro de dois meses, mas não havia garantia nenhuma de que o Centro de Saúde de Azeitão, quando estivesse concluída a obra, tivesse serviços competentes e capacitados de profissionais de saúde, para servir as populações. Aquela tinha sido a questão central colocada, quando o Governo se deslocou ao Município. O senhor Vereador Fernando José era uma espécie de central de propaganda do seu Governo na Câmara Municipal e porque representava bem, ficava-lhe bem ter agradecido à Câmara Municipal por ter recebido tão bem o seu Governo no concelho de Setúbal e do qual tinha sido eleito. Relativamente aos centros de saúde e ao hospital, era uma obrigação da Câmara Municipal informar as populações, de que se tratava de matéria que cabia ao Governo.

No que se referia à habitação para todos havia uma grande campanha de informação às populações, do grande esforço que a Câmara Municipal de Setúbal estaria a fazer. Tinham sido dos primeiros municípios do país a elaborar a estratégia local de habitação, tendo falado com quem de direito na Administração Central, tanto no IHRU com através do Ministério da Habitação e avançaram para resolver um dos maiores flagelos que tinham em Portugal e em particular na Área Metropolitana e em Setúbal. Fizeram-no de duas formas em parceria com o IHRU para acabar com as barracas no Município de Setúbal, numa situação relativamente controlada, mas que seria admissível. Tinham feito um grande trabalho que era reconhecido por todos, um trabalho extraordinário para encontrar soluções num quadro regulamentar muito difícil de ultrapassar, para poder garantir o alojamento temporário das pessoas que viviam em barracas no Bairro da Quinta da Parvoíce, o que não tinha sido nada fácil. Estariam a finalizar aquele processo e quando saísse o último morador seria imediatamente deitada abaixo todas aquelas barracas e iniciados os processos e os estudos para a construção de novas habitações, das quais uma boa parte delas seria para alojar exatamente no mesmo sítio, as pessoas que iam saindo e que estavam a ser alojadas em vários sítios, cuja renda estava a ser paga pelo IHRU. Uma coisa seriam as rendas pagas pelo IHRU, outra coisa seria o trabalho que os trabalhadores do Município de Setúbal tiveram de desenvolver para conseguir aquele objetivo.

Para além da construção naquele bairro, no seu conjunto estaria decidido a construção das cerca de 530 novas casas em Setúbal, assumido pela Câmara Municipal, a rendas controladas, significava que as rendas seriam pagas em função do rendimento das pessoas, ao contrário das casas do IHRU que seriam de renda acessível, num quadro completamente diferente.

A outra componente, não menos importante, seria a requalificação das habitações municipais e também dos edifícios que já tinham habitações particulares compradas à Câmara Municipal, tinha havido negociação para que essas habitações pudessem também entrar naquele quadro de financiamento.

A estimativa inicial era de um investimento de 192 milhões de euros, sendo uma oportunidade única, em que a Câmara Municipal de Setúbal estaria a dar passos determinantes para que pudesse vir a acontecer, não por 192 milhões de euros, mas por um valor bastante superior.

Quando se dizia que o PRR fazia financiamentos a 100%, teriam de saber o que significava os 100%, os quais estariam relacionados com valores de referência, que seriam os valores estabelecidos e não os valores de mercado, sendo que a Câmara Municipal quando adjudicava uma obra assumia pelos valores de mercado. Se o Governo não viesse a tomar medidas no sentido de ultrapassar aquela situação, certamente que a Câmara Municipal não tinha condições para assumir o diferencial do que estava em causa. Aquela era a questão que estava escrita e não desenvolvida, porque não seria necessário fazer nenhum relatório, apenas dizer que o problema existia. Aquilo que tinham enviado aos municípios servira também para as conversas que tiveram a oportunidade de transmitir aos senhores ministros.

Relativamente à reabilitação das escolas, receberam no dia 2 de abril de 2022 a transferência das escolas, cumpriram a lei, mas não deixaram de exigir aquilo que consideravam fundamental, as autarquias serem ressarcidas dos custos que estavam identificados, por essa

razão continuavam a reivindicar do Governo medidas que estivessem de acordo com os custos inerentes às transferências que foram feitas. Disse que existiam quatro de sete escolas no Município de Setúbal, consideradas pelo Governo como escolas prioritárias de intervenção, desconhecendo como iriam fazer a respetiva intervenção e de onde viria o financiamento para a intervenção. Tinha havido negociações com a Associação Nacional de Municípios, tinha havido aproximação relativamente ao que eram as reivindicações dos municípios junto do Governo, no entanto, a questão mantinha-se e não estavam a falar de 1 milhão de euros que a senhora Vereadora referenciara, só para serviços de funcionamento durante aqueles nove meses. Certamente que por aquele caminho, as autarquias não iriam resistir muito tempo. Aquilo era importante dizer às populações.

A construção da escola secundária para servir os jovens que saíam da escola 2/3 de Azeitão, que era uma das quatro escolas que estavam identificadas como prioritárias, sendo que três pavilhões se encontravam fechados não tendo condições para ter aulas. O mesmo acontecia com o Liceu Nacional de Setúbal. Desconhecia se o senhor Vereador que fazia umas visitas, tinha tido a oportunidade de registar aqueles problemas, que eram problemas das nossas populações, problemas dos responsáveis das nossas escolas, problemas que colocavam em causa o futuro das nossas crianças.

Aquela era uma das informações prestadas aos munícipes, sendo que muitas delas não eram novidades, porque se tratava de questões que todos conheciam.

Sobre a questão do comboio para Lisboa, não era novidade nenhuma, era uma reivindicação justa das populações do nosso concelho, que era a frequência dos comboios que iam para Lisboa e que vinham até à Praça do Brasil, reduzindo o tempo de ligação, mas mais do que isso, seria o prolongamento do comboio até às Praias do Sado para servir inclusivamente a população do Instituto Politécnico de Setúbal. Tratava-se de uma reivindicação de há muito tempo e que também surgia naquele panfleto.

Sobre a travessia do Sado não era nenhuma novidade para ninguém e era um facto, desde que se constituiu a empresa com interesses em Troia, que os preços continuavam a subir, sendo preços incomportáveis para qualquer cidadão poder utilizar na travessia. Tratava-se de uma empresa que tinha a obrigação de prestar um serviço público. O serviço público não poderia ser prestado, porque as pessoas não tinham capacidade financeira para poder utilizar aquele serviço.

Informou o senhor Vereador, se aquilo não seria de identificar questões da responsabilidade daquele e de outros Governos. Como era do conhecimento do senhor Vereador tinha havido vários Governos desde que aquela reivindicação da travessia do Sado existia. Esperava que a breve prazo, aquele assunto viesse a ser resolvido, porque o executivo não se limitava a fazer os “Flyer”, também falavam com os membros do Governo e esperava que a breve prazo viesse a ser resolvida a questão.

No que se referia às forças de segurança, questionou o senhor Vereador se desconhecia o reforço das forças de segurança na cidade. Disse que tivera a oportunidade de ter reunido com a senhora Secretária de Estado da Administração Interna, tendo colocado aquela questão. Recentemente no aniversário da PSP, a senhora Secretário de Estado tinha estado presente e colocara na sua intervenção pública aquela questão bem como outros assuntos de colaboração, porque a Câmara Municipal tinha um papel de encontrar formas de apoiar as iniciativas da responsabilidade dos sucessivos governos, independentemente da cor partidária, havendo propostas concretas que apresentaram à senhora Secretária de Estado, no sentido de poderem vir a ter melhores condições das instalações da Polícia de Segurança Pública e da GNR.

Esperava que algumas medidas viessem a ser tomadas com alguma brevidade, porque era uma pessoa otimista. Aqueles assuntos que tinha referido não eram desconhecidos e quando distribuíram os panfletos na casa das pessoas, porque seria uma responsabilidade do executivo CDU informar as pessoas. Se tivesse colocado num documento tudo aquilo que era competência dos governos e que não estaria a ser feito, seria mais complicado, na realidade sintetizaram apenas algumas questões. Esperava que o Governo, quando tinha reunido o

Conselho de Ministros em Setúbal poderiam ter tomado a iniciativa de anunciar qualquer uma daquelas coisas que já lhes tinha sido denunciada, mas não o fizeram.

Informou o senhor Vereador que ao informarem as populações, as mesmas estariam em melhores condições de participar na vida pública, por essa razão tinham um jornal municipal que informava as populações da atividade da Câmara Municipal e não da atividade dos vereadores, A, B ou C. Informaram as populações daquilo que iam fazendo e das dificuldades que encontravam para ir de encontro àquilo que eram as expectativas e esperança das populações, para que muitos dos problemas pudessem ser resolvidos.

Disse que também informavam das dificuldades que tinham, muitas vezes, em cumprir aquilo que prometeram. A honestidade e a transparência faziam parte da forma de estar nas autarquias. Aquela era a razão por que faziam aquela divulgação e continuariam a fazer.

Relativamente a alguns comentários que o senhor Vereador tinha feito, sobre um “ataque” ao Governo, não seria nenhum “ataque” ao Governo, mas um “ataque” a quem tinha responsabilidades, a quem assumira compromissos em várias eleições ou em várias candidaturas e continuavam a não dar cumprimento a questões que afetavam o dia a dia da vida das pessoas. Não seria um “ataque”, mas uma denuncia daquilo que se passava.

O senhor Vereador disse que não podiam fazer aquilo porque seria um abuso de poder e dizia que o executivo CDU não tinha maioria absoluta, o que era verdade, mas o Governo pelo facto de ter maioria absoluta não podia ficar de fora das críticas e das responsabilidades e como tinha maioria absoluta tinha razões acrescidas para dar melhor resposta aos problemas.

Existia grandes diferenças na forma de estar no Poder Local, que eram bem visíveis e claras, sendo que a democracia tinha daquelas coisas.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que iria fazer um desafio ao senhor Presidente, o qual já tinha feito alguns meses atrás, porque a preocupação com a população e o respeito pela população tinha que ser feita em toda a sua dimensão, nomeadamente no documento que fizeram aprovar no início do mandato que se chamava “Regimento”. Verificava uma plateia cheia de pessoas e verificava que o Período de Antes da Ordem do Dia tinha uma duração máxima de 60 minutos, sendo que tinham começado a reunião às 16h30 e naquela altura eram 18h30. Como era do conhecimento do senhor Presidente, competia-lhe dirigir as reuniões de Câmara, sendo que no “Regimento” constava o tempo destinado a cada período. Disse que teria que ter mais respeito na condução das reuniões, pelo que já tinha lançado o desafio ao senhor Presidente. Caso contrário teriam que mudar a periodicidade das reuniões, para que pudessem ser fiéis ao documento que aprovaram.

Relativamente à questão que tinha colocado sobre o incidente que ocorrera, sendo o senhor Presidente responsável da matéria em questão, questionou se conhecia a Diretiva Operacional Nacional, n.º 3, sobre Dispositivos Integrados de Operações Nucleares Radiológicas, Biológicas e Químicas da Proteção Civil. Disse que lhe surpreendia que o senhor Presidente tivesse dito que não se tratava de território municipal, no entanto, a referida diretiva regulava aquelas mesmas questões. Não sendo aquela situação considerada de socorro, gostaria de compreender o que seria considerado socorro e qual seria a sua definição.

Questionou o senhor Presidente se achava razoável vir um dispositivo que se encontrava a 60 Km, havendo um dispositivo que se encontrava a 18 Km, que poderia fazer exatamente as mesmas funções.

No que se referia ao seguro, o comandante das operações de socorro, o responsável pelo socorro no local, que naquele caso seriam os Bombeiros Voluntários de Águas de Moura solicitaram uma viatura de veículo de controlo ambiental. De acordo com a diretiva, disse que tinha muita dificuldade em compreender a decisão que tinha sido tomada, pelo que precisava de perceber duas questões muito concretas, se a viatura estava ou não disponível e se existiam ou não elementos disponíveis.

Sr. Presidente – Agradeceu a chamada de atenção da senhora Vereadora Sónia Martins relativamente aos tempos, teriam de avaliar qual a melhor forma de resolver a situação. Disse que tinham de tratar de assuntos relacionados com o interesse das populações. Podiam ser mais ou menos rígidos naquilo que seria o cumprimento do Regimento. A rigidez não seria boa para ninguém, sobretudo quando se tratava de assuntos que interessavam a todos, no entanto, estaria disponível para alterar aquela posição.

Disse que não era especialista naquelas matérias e tinha um documento escrito que referia que não se tratava de socorro, tratava-se de fertilizantes, de um veículo que tivera um acidente e que seria necessário haver uma viatura que conseguisse fazer a passagem dos fardos de um camião para outro. Aquela era a informação que tinha e não poderia dizer mais do que isso, trava-se de um documento do senhor comandante e do chefe de dia. O segundo-comandante do subagrupamento da península de Setúbal tivera aquela informação, da qual estivera de acordo com a decisão.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que as questões que tinha colocado não tinham ficado esclarecidas, tendo solicitado que fizesse chegar a respetiva informação à sua bancada.

Sr. Presidente – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que a informação do que estava em causa era bem clara. A senhora Vereadora poderia fazer as perguntas que quisesse, porque as questões do que se tinha passado era o que constava naquele documento. Teria de ter em conta aquilo que estava escrito por outras entidades, para além do comando da Companhia de Bombeiros Sapadores.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que compreendia e que tinha todo o direito em apresentar as questões. O senhor Presidente disse que não era entendido na matéria e não conseguia responder, pelo que iria fazer por escrito.

Sr. Presidente – Solicitou aos vereadores alguma contenção no tempo das intervenções.

Sr. Vereador Fernando José – Certamente que o Governo não poderia ficar de fora das críticas nem do assumir das responsabilidades. Disse que viviam em democracia, num Estado de direito e democrático, pelo que seria perfeitamente normal que o Governo fosse alvo de críticas e de protesto, estando o Governo como os autarcas eleitos para resolver os problemas das populações. Aquilo que estava em causa não seria os problemas que estavam identificados e que todos conheciam, o problema dos centros de saúde.

Questionou o senhor Presidente, sobre quem tinha enfrentado definitivamente aquele problema e quem tinha avançado para a resolução daquele problema. Informou o senhor Presidente que tinha sido o Governo em parceria com as autarquias. O senhor Presidente saberia bem porque é que as câmaras municipais eram parceiras, não seria só a Câmara de Setúbal assim como várias câmaras pelo país fora. A título de exemplo, referiu como tinha sido a parceira para a retirada do amianto nas escolas, uma vez que estariam relacionadas com a questão dos fundos comunitários e o acesso aos mesmos, porque a candidatura tinha que ser feita através das câmaras municipais, sendo que o senhor Presidente saberia muito bem do que se passava e não valeria a pena desviarem a questão. Disse que o senhor Presidente tinha estado na abertura do Conselho de Ministros e tinha estado num jantar de trabalho com o Governo, onde estiveram todos os presidentes de câmaras municipais do distrito, precisamente para expor ao Governo essas mesmas preocupações.

A Câmara Municipal de Setúbal, através do senhor Presidente e através do executivo CDU criaram um “Flyer” onde criticava o Governo e tomava uma posição. Os vereadores do Partido Socialista, que em Setúbal nas últimas eleições tiveram maioria absoluta e que representavam uma larga maioria dos portugueses, não se reviam naquilo que estava ali espelhado. Se o documento tivesse sido do Partido Comunista Português, seria a democracia a funcionar, no entanto, aquele documento que tinha sido feito pela Câmara Municipal de



Setúbal, cujo executivo não se pronunciara sobre a matéria, fazia um “ataque” político, porque se tratava de um documento político/partidário, em que a Câmara Municipal de Setúbal dizia o que faltava fazer em Setúbal por parte do Governo, no entanto, a câmara não dizia aquilo que o Governo já tinha feito. A primeira página do “Flyer” referia as obras de ampliação que eram preciso avançar e como o senhor Presidente sabia, porque tinha estado no lançamento da primeira pedra, as obras já tinham arrancado, no entanto, o “Flyer” não referia.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Fernando José que o “Flyer” tinha saído antes daquela iniciativa.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Presidente já sabia que as obras iriam arrancar, já tinham sido anunciadas.

Sr. Presidente – Disse que naturalmente faltava ampliar as obras.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que as obras já estavam anunciadas que iriam arrancar. Referiu que tinham estado juntos nessa mesma reunião em que tinham sido anunciados que as obras iriam iniciar em abril.

Sr. Presidente – Disse que as obras já tinham sido anunciadas alguns anos largos atrás e o senhor vereador Fernando José também já tinha feito declarações sobre o início das referidas obras. Disse que tinha sido o PCP, na Assembleia da República, a propor a verba no Orçamento de Estado para o avanço das obras, no entanto, o senhor vereador Fernando José afirmara que as obras iriam avançar, mas era um facto que não existiam verbas no Orçamento de Estado. Lembrou ao senhor vereador Fernando José que a aprovação em orçamento de estado seria fundamental.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que já tinham percebido que o PCP também pretendia ser convidado para o batizado e muito bem, porque remaram todos no mesmo sentido.

Sr. Presidente – Disse que só lhe lembrava alguns dos factos, para que não perdesse muito a memória.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o que estava em causa era a elaboração de um “Flyer” por parte da Câmara Municipal de Setúbal, o qual se esquecera de dizer que o IHRU também iria avançar na construção da habitação. No mesmo “Flyer” esquecera-se de dizer em relação à transferência das escolas, que já existia um compromisso assumido pela senhora Ministra, que as CCDR iriam abrir concurso no sentido de haver a requalificação das escolas.

Disse que tinham visões diferentes da forma como as coisas seriam feitas, era normal, era a democracia, embora pudessem em determinados momentos rumar no mesmo sentido, porque aquilo que pretendiam era mais e melhores serviços, resolver problemas que se arrastavam no tempo.

Questionou quanto tinha custado aqueles milhares de “Flyer” que foram produzidos e distribuídos nas caixas de correio de todos os setubalenses, de Azeitão à Gândia.

Sr. Presidente – Disse que todos tinham direito à informação.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que aquilo não seria informação, o objeto do “Flyer” não era informação.

Sr. Presidente – Referiu que o senhor Vereador dissera que se tratava de um “ataque”, quando na realidade tinha referido que se tratava de uma informação, por essa razão não valeria a pena insistir mais no assunto.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que se tratava de propaganda político/partidária.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador que a central de propaganda estava identificada e seria do lado do Partido Socialista.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não se conseguia perceber qual tinha sido o alcance de fazer chegar a casa todos os setubalenses aquele “Flyer”. O mesmo “Flyer” que tinha sido distribuído em Setúbal e tinha sido distribuído em Alcácer, com um grafismo igual.

Sr. Presidente – Esperava que não tivesse sido igual na escrita.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não tinha sido igual na escrita, no entanto, a configuração gráfica tinha sido igual, certamente tratava-se de coincidências.

Sr. Presidente – Disse que poderia garantir que o “Flyer” tinha sido feito pelos serviços da Câmara Municipal.

Sr. Vereador Fernando José – Questionou se os milhares de “Flyer” tinham sido produzidos na Câmara Municipal ou tinham sido impressos numa gráfica.

Sr. Presidente – Disse que considerava um investimento.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que com aquela informação não falaria mais sobre o assunto.

Sr. Presidente – Disse que daquela forma facilitariam a vida à senhora Vereadora que estava preocupada com aquela questão do tempo. Tinha ficado bem claro as razões por que é que iam continuar a informar as populações das situações que justificavam, daquilo que se passava no concelho, das coisas que funcionavam, do envolvimento das câmaras municipais, porque prestavam contas às populações. Seria importante na gestão autárquica que as populações tivessem conhecimento, independentemente da posição que depois pudessem vir a tomar relativamente às questões. A informação era fundamental e era um direito constitucional.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que no âmbito da pesca desportiva, modalidade tão bem representada e que levava tão longe a cidade de Setúbal, haveria que destacar o desempenho do atleta Vítor Silva do Grupo Desportivo “Os Amarelos”, que se sagrou campeão nacional da 3.ª divisão, zona centro e sul.

Destacou-se no atletismo, a Inês Borba, que atualmente representava o Sporting Clube de Portugal, mas era uma atleta setubalense que vivia nos Estados Unidos e conquistara os mínimos para os campeonatos da Europa de Sub23, na prova de 5 mil metros.

Deu ainda um particular destaque a duas equipas de Setúbal que conseguiram o apuramento para o Campeonato da Europa de Show e Precisão, graças aos resultados obtidos no fim de semana, nomeadamente o Clube de Patinagem do Sado e a equipa “Time to Shin”, que incluía atletas do Clube Naval Setubalense.

A par daquelas referências de caráter individual e coletivo, haveria que dar particular relevo àquilo que tinha sido mais uma edição do “Setúbal Triathlon”. Sabendo das dificuldades e da complexidade de uma prova, não poderiam deixar de enaltecer aquilo que era uma realidade. Estaria a falar da maior prova de triatlo nacional, a que tinha mais atletas nacionais. Sabiam que havia outros triatlos que se realizavam, mas eram marcas registadas e não organizações ou coorganizações entre as autarquias. O triatlo de Setúbal tivera 600 atletas portugueses e aproximadamente 400 atletas estrangeiros, com nacionalidades de Espanha, Reino Unido, África do Sul, Alemanha, Bélgica, Brasil, Bulgária, Croácia, França, Irlanda, Itália, Polónia, Suécia, Suíça e Venezuela. Dava bem nota daquilo que era a atratividade e a realidade do

território de Setúbal, com um grande equipamento desportivo para a condição ímpar, que o rio Sado, a Serra da Arrábida ou a cidade em si, tinha para o acolhimento de provas daquela dimensão.

Sabiam que era também daquela forma que levavam bem longe a realidade do Município de Setúbal, razão pela qual não poderia deixar de destacar aquelas breves notas sobre a atividade desportiva do fim de semana.

Sr. Vereador Paulo Calado – Leu as seguintes saudações, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 9 e 10.

**“Saudação
Aniversário da São Domingos Futebol Clube**

No dia 28 de março o São Domingos Futebol Clube, celebrou o seu 102º aniversário. O centenário clube fundado em 1921, tem uma história e uma presença no nosso concelho, reconhecida por todos. Nos últimos 10 anos, renasceu, cresceu e desenvolveu-se tendo superado muitos obstáculos colocados. Como muitas vezes diz o seu carismático presidente Miguel Aleixo:

“Trabalho + Trabalho = Evolução”.

E é com a evolução que a coletividade tem contado. Com um número de associados crescente, com muitas crianças e jovens atletas no futebol e nas suas escolas de formação, com uma equipa de futebol de praia e uma equipa de futebol de veteranos.

O São Domingos Futebol Clube, vence o tempo e reforça a sua presença no concelho e representação de Setúbal fora dele, sendo já uma “incubadora” de atletas com carreiras desportivas importantes.

Foi, por isso, justamente reconhecido na Gala do Desporto como “Clube Desportivo do Ano 2021”.

Os Vereadores do Partido Social Democrata, reconhecendo a importância do clube na dinamização de atividades físicas através do desporto, saúdam e felicitam o São Domingos Futebol Clube, pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“SAUDAÇÃO
DIA NACIONAL DO ANTIGO COMBATENTE**

Desde os alvares da Nacionalidade, que os militares se tornaram essenciais e imprescindíveis à Nação e ao Estado Português, pois sem o esforço dos mesmos, não existiríamos enquanto Nação Independente.

O reconhecimento e a solidariedade para com os antigos combatentes pelo serviço prestado à Pátria nas campanhas militares entre 1961-1975, é um dever do Estado Português e de todos os Portugueses, que é da mais elementar justiça, perante os militares que combateram com coragem, lealdade, abnegação e sacrifício, em vários teatros operacionais.

É, igualmente justo, homenagear as famílias e as pessoas mais próximas destes combatentes, que, por força da guerra, viram a sua perspetiva de vida alterada e, muitas vezes, profundamente desestruturada.

Já num período mais recente, nas últimas décadas, muitos milhares de militares portugueses têm integrado as forças nacionais destacadas nas missões da Organização das Nações Unidas (ONU), da Aliança Atlântica (OTAN) e da União Europeia, assegurando o cumprimento das obrigações internacionais de Portugal no âmbito de missões de caráter militar com objetivos humanitários, ou de estabelecimento e manutenção da paz, algumas das quais com elevados níveis de perigosidade, designadamente, em países ou territórios em situação de guerra, conflito armado interno ou insegurança generalizada.

É, também assim, de inteira justiça que o contributo destes militares seja reconhecido pelo povo português.

Com a aprovação do Estatuto do Antigo Combatente, foi instituído como Dia Nacional do Antigo Combatente, o dia 9 de abril, data em que se comemoram os feitos históricos dos Antigos Combatentes na Batalha de La Lys, em França.

Assim, os Vereadores do PSD, saúdam, o Dia Nacional do Antigo Combatente e todos os homens e mulheres que serviram nos vários teatros de operações sob a égide das Forças Armadas Portuguesas.

O presente voto de saudação deve ser remetido à Liga dos Combatentes e ao Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes, à Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra (APVG), Associação de Apoio aos Ex-combatentes, Vítimas do Stress de Guerra (APOIAR), Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar (ANCU), Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA), Associação Nacional de Sargentos (ANS), Associação de Praças, Associação de Paraquedistas de Setúbal, Associação de Comandos – Delegação de Setúbal, O Alcache - Associação dos Ex-Marinheiros da Armada do Distrito de Setúbal.”

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu as seguintes saudações, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 11 e 12.

**“Saudação
Sado Acolhe**

A Sado Acolhe - Associação de Apoio às Crianças, Jovens e Idosos da Freguesia do Sado, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, fundada por um grupo de cidadãos da freguesia do Sado, em 1 de abril de 2009.

A associação desenvolve a sua atividade na área social, contando atualmente com um centro de convívio nas Praias do Sado, onde funciona a sua sede social e onde também têm desenvolvido diversas atividades, organizando passeios e participado em festas e romarias.

Para além de atividades de recreio e formação em diversas áreas, a Sado Acolhe está apostada na criação do serviço de apoio domiciliário e na construção de um equipamento social com as valências de centro de dia, lar de idosos, creche, jardim-de-infância e centro de ocupação de tempos livres para jovens.

Os Vereadores do Partido Social Democrata, reconhecendo a importância desta Instituição para a população da Freguesia do Sado, felicitam a Sado Acolhe, pelo seu 14º Aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“Saudação
Aniversário da APPDA
(Setúbal)**

A Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e do Autismo (APPDA), celebrou, no passado dia 23 de março, o seu aniversário.

Esta Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, foi fundada em 2005, por um grupo de pais e técnicos, no distrito de Setúbal. É seu objetivo promover o desenvolvimento, a educação, a integração social e a participação na vida ativa das pessoas com Perturbações do Espectro do Autismo.

A APPDA disponibiliza junto da comunidade diversos serviços que vão desde a identificação e sinalização dos casos de autismo até ao desenvolvimento de atividades, projetos e workshops que ajudam o esclarecimento e fazem o acompanhamento e integração das pessoas com Espectro do Autismo e das suas famílias.

Na sequência do aniversário da Associação e da celebração do Dia Internacional para a Consciencialização do Autismo, dia 2 de abril passado e da recente visita que o PSD de Setúbal fez às suas instalações, com uma delegação de autarcas, faz-nos reconhecer de forma ainda mais efetiva a importância desta Associação na inclusão de pessoas com perturbações do espectro do autismo. Quer enquanto cidadãos, incentivando a participação

de forma ativa nesta sua inclusão, quer intervindo na sociedade e nas famílias de forma a quebrar estereótipos e preconceitos.

Os Vereadores do Partido Social Democrata, saúdam a APPDA Setúbal nestes seus 18 anos de existência, reconhecendo o seu esforço para tornar a nossa sociedade mais inclusiva, fazendo votos da continuação de um excelente trabalho.”

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que a bancada do Partido Socialista se associava às saudações apresentadas pelo Sr. Vereador Pedro Pina, pelo Sr. Vereador Paulo Calado e pela Sra. Vereadora Sónia Martins e de imediato apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 13 a 17.

“Saudação

Victor Silva conquista Campeonato Nacional de Pesca em Barco Fundeado

Victor Silva, atleta do Grupo Desportivo “Os Amarelos”, sagrou-se Campeão da 3.ª Divisão – Zona Centro/Sul no Campeonato Nacional de Pesca em Barco Fundeado.

Na prova, que se realizou no dia 2 de abril, em Peniche, Victor Silva conseguiu, com os resultados obtidos, a subida para a 2.ª Divisão do Campeonato.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo Desportivo “Os Amarelos” e Victor Silva pela conquista e resultados obtidos, reconhecendo o seu importante papel para o desenvolvimento da pesca desportiva no concelho e fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e eleva o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Clube de Patinagem do Sado conquista bronze no Campeonato Nacional de Show e Precisão

O Clube de Patinagem do Sado participou no Campeonato Nacional de Show e Precisão, que se realizou no primeiro fim-de-semana de abril, no Pavilhão da Rota dos Móveis, em Paredes. Na competição, organizada pela Federação de Patinagem de Portugal em parceria com a AP Porto e na qual participaram 84 grupos, num total de 834 atletas, o Clube de Patinagem do Sado conseguiu, com os resultados obtidos, o apuramento para o Campeonato da Europa de Show e Precisão.

O Grupo Grande do CPS, composto por 24 patinadores, apresentou-se com o tema “Révolution” que conta a história de Maria Antonieta que partiu para França para ser rainha e viver um conto de fadas, nunca pensando que iria iniciar uma das maiores revoluções da história.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube, os atletas, a treinadora Mariana Pêra e todos aqueles e aquelas que contribuíram para esta importante conquista, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e eleva o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Renato Paiva conquista Campeonato Baiano

Renato Paiva conquistou, na passada noite de domingo, o Campeonato Baiano.

O treinador português, que veio ainda criança para Setúbal, iniciou a sua carreira internacional em 2021 no Independiente del Valle, o qual conseguiu levar à vitória pela primeira vez no campeonato nacional do Equador. Nesse mesmo ano, foi eleito o melhor treinador do campeonato no Equador.

Em 2022, por proposta dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, é agraciado com a Medalha de Honra da Cidade na Classe de Desporto, em reconhecimento do seu profissionalismo, resiliência e determinação.

Conquista agora o Campeonato Baiano, levando Bahia ao 50.º título estadual. Afirma "Um treinador vive para os títulos, o grupo é fantástico, jogámos muito bem em todo o estadual, mas agora pedimos paciência porque não queremos ficar por aqui.", colocando os olhos na conquista do Brasileirão, que arranca daqui a algumas semanas.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reconhecendo o trabalho desenvolvido por Renato Paiva, que em muito eleva o bom nome de Portugal e em especial da cidade de Setúbal, felicitam-no pela conquista do Campeonato Baiano, fazendo votos de continuação do bom trabalho e de um bom resultado no Brasileirão."

"Saudação Aniversário do São Domingos Futebol Clube

O centenário São Domingos Futebol Clube assinalou, no passado dia 28 de março, o seu 102º aniversário. Fundado em 1921, o Clube tem contribuído de forma indispensável para o desenvolvimento desportivo, cultural e social do concelho de Setúbal, enquanto um importante parceiro do poder local para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.

A sua atividade de base formativa proporciona às crianças e jovens setubalenses um ambiente promotor do desenvolvimento de capacidades e competências essenciais para a prática desportiva, mas também para o exercício da cidadania.

O Clube é uma comunidade, presente em todas as etapas da vida das suas gentes, que nela crescem e onde o seu papel se adapta e evolui, de atletas a treinadores, de sócios a dirigentes.

A fundação do São Domingos Futebol Clube foi um ato transformador e reformador do bairro e o início de uma batalha pela descentralização e democratização do direito ao lazer.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o São Domingos Futebol Clube pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que de alguma forma contribuem para a sua atividade, reconhecendo o seu importante papel no movimento associativo setubalense e fazendo votos de continuação do bom trabalho."

"Saudação Aniversário do Centro Ciclista Azeitonense

Fundado em 1994, o Centro Ciclista Azeitonense celebrou o seu 29.º aniversário no passado dia 24 de março.

A sua atividade, com uma forte componente formativa, nomeadamente na modalidade de ciclismo nas vertentes de Estrada e BTT, aliada à cooperação e criação de sinergias entre outras entidades do movimento associativo e desportivo setubalense, mas também de todo o país, estabelece o Centro Ciclista Azeitonense enquanto um importante parceiro para o desenvolvimento desportivo e social do concelho, bem como para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.

Neste sentido, reconhecendo o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 29 anos, bem como os resultados obtidos, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Centro Ciclista Azeitonense e todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e elava o bom nome da cidade de Setúbal."

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Disse que aquilo que tinham acabado de fazer, servia para sublinhar aquilo que era a vitalidade e a força das suas gentes.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. **Deliberação n.º 592/2023 – Proposta n.º 18/2023 – GAP – Acordo de aquisição de existências entre a Câmara Municipal de Setúbal e Águas do Sado – Retificação da proposta 050/2022/GAP dos bens a adquirir e do respetivo montante global – RETIRADA**

Sr. Presidente – Solicitou que a deliberação n.º 592/2023 – Proposta n.º 18/2023 – GAP – “Acordo de aquisição de existências entre a Câmara Municipal de Setúbal e Águas do Sado – Retificação da proposta 050/2022/GAP dos bens a adquirir e do respetivo montante global”, fosse retirada, para melhor apreciação por parte dos serviços na elaboração do documento.

2. **Deliberação n.º 593/2023 – Proposta n.º 19/2023 – GAP – Núcleo Local de Inserção – Representação e Coordenação do Município**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 e 19.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Solicitou escusa da votação por razões éticas, profissionais e de interesse pessoal.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. **Deliberação n.º 594/2023 – Proposta n.º 354/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Renovação do Licenciamento Microsoft - Concurso Público n.º 02/2023/DAF/DICOMP/SECOMP – RETIRADA**

Sr. Presidente – Solicitou que a deliberação n.º 594/2023 – Proposta n.º 354/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – “Renovação do Licenciamento Microsoft – Concurso Público n.º 02/2023/DAF/DICOMP/SECOMP”, fosse retirada para melhor apreciação por parte dos serviços, no texto da proposta.

4. **Deliberação n.º 595/2023 – Proposta n.º 356/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste direto n.º 38/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de segurança privada em Edifícios Municipais, pelo período de 12 meses, ao abrigo do lote 3 do acordo quadro AQ-VS-2022, promovido pela ESPAP**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 a 28.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que aquele tipo de contratos tinham um início no tempo que era previsível. Conseguiram prever quando existia a necessidade de renovar o contrato do serviço de segurança que estava em vigor, por essa razão questionou o porquê de terem um ajuste direto e não um concurso público, uma vez que havendo aquela previsibilidade haveria tempo necessário para executar esse procedimento.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador que não dominava aquela matéria, no entanto, alguns dos técnicos presentes poderiam dar alguma informação extra. Tratava-se de uma participação, na disponibilidade de um conjunto de empresas que estavam inscritas e que as câmaras municipais poderiam concorrer e era nesse quadro que se falava em ajuste direto, no entanto, aquelas empresas constavam da plataforma com os seus custos e a Câmara Municipal entrava nessa plataforma e adjudicava ao melhor preço que fosse apresentado.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tinha uma questão relacionada à atribuição do estabelecimento e a garantia daquilo que era o posto de trabalho dos trabalhadores que naquele momento desempenhavam essas funções. Naqueles serviços de segurança, usualmente quando havia uma alteração da empresa que assumia a segurança, existiria uma transmissão de estabelecimento e o posto de trabalho mantinha-se, o trabalhador transitava de uma empresa para outra. Questionou o senhor Presidente se estaria assegurado naquele procedimento.

Sr. Dr. Nelson Vieira – Disse que tinha havido a intenção de agregar um conjunto de necessidades que seriam transversais a toda a organização e assim ganhariam alguma escala que do ponto de vista dos valores envolvidos pudesse trazer ganhos para o Município. Trava-se de um ajuste direto ao abrigo da ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública.

Referiu que tinham arranjado um formato mais célere, porque os contratos também estavam a chegar ao fim e aquele processo permitia não ter que publicar no Jornal da União Europeia, bem como algum facilitismo em termos de tramitação. O Município de Setúbal era uma entidade voluntária, tendo feito um acordo de adesão para aquele fim, sendo que o Estado seria obrigado a adquirir um conjunto de serviços, nomeadamente aqueles serviços, através da ESPAP. Por aquele acordo de adesão com aquele suporte, terá sido o entendimento dos serviços.

No que se referia aos serviços de segurança, tipicamente era aquilo que o senhor Vereador tinha referido, os acordos coletivos de trabalho obrigavam a que as empresas ganhadoras absorvessem os trabalhadores que nessa altura estivessem a trabalhar, garantido o seu posto de trabalho.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que dependiam dos acordos, porque existiam dois acordos coletivos, sendo que um deles teria aquela previsão, na cláusula décima quarta, enquanto o outro acordo não tinha e continuava numa situação de incumprimento. No entanto, a nova legislação sobre transmissão de estabelecimento, esclarecia que aquilo que tinha passado a ser necessário seria também a inclusão. Não tinha verificado se existia no concurso essa referência, a transmissão de estabelecimento. Nos concursos que estavam a ser abertos pelos vários ministérios todos tinham essa indicação. Naquele caso desconhecia se teria acontecido, no entanto, pela transmissão de estabelecimento, como o senhor Dr. Nelson disse e bem, os trabalhadores acabariam por manter todos os seus direitos.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 596/2023 – Proposta n.º 358/2023 – DAF/DICONT/SECONT – Criação de fundo de maneiço para DISOC - Serviço de atendimento e acompanhamento social de Setúbal – SAAS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 597/2023 – Proposta n.º 01/2023 – DCTUR – Organização e Gestão das Lojas e Cafetarias da Casa da Baía e da Casa do Turismo

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não iriam entrar na discussão, consideravam uma mais-valia e uma ação positiva aquilo que tinha sido a aquisição do espaço de requalificação da Casa da Baía e não existiam dúvidas, no entanto, tinham dúvidas, concordando com a aquisição, se o fim que tinha sido dado ao antigo Clube dos Oficiais “Casa do Turismo” se deveria ser destinado àquele fim. Não era isso que estava em discussão.

Disse que se tratava de uma proposta na qual tinham dúvidas relativamente à questão dos trabalhadores. O senhor Presidente resumira de forma muito simples e parecia que estaria tudo tranquilo, mas existiam dúvidas.

Questionou se existiam ou não recibos verdes, trabalhadores que estivessem numa situação de precariedade laboral, com falsos recibos verdes, o que consubstanciaria o contrato de trabalho, embora encapotado nos tais recibos verdes.

Questionou, caso existissem trabalhadores naquelas situações, o que iria acontecer a esses trabalhadores, se iriam ser assumidos pela Associação da Baía, uma vez que a Câmara Municipal não os poderia assumir como prestadores de serviços.

No passado tiveram a situação em que os trabalhadores tinham sido dispensados, trabalhadores que estavam como prestadores de serviço na Casa do Turismo, que de um dia para o outro foram dispensados.

O senhor Presidente tinha dito que os trabalhadores de forma voluntária ficariam na Associação Baía de Setúbal mantendo todos os seus direitos, em conformidade questionou o senhor Presidente em que termos seria feito.

Aquilo que decorria do protocolo seria feito um contrato com a Associação, por essa razão precisavam de perceber em que termos iria acontecer e se o mesmo seria por uma cedência. Disse que gostaria de obter o respetivo esclarecimento.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Fernando José, relativamente à questão dos recibos verdes, que já tinha assumido várias vezes, inclusivamente por questões levantadas pelo senhor Vereador Fernando José. Disse que já tinha explicado as razões porque é que genericamente os trabalhadores da Câmara Municipal, naqueles e noutros sectores tinham recibos verdes. Tinha sido prometido que iriam ser abertos concursos e já tinham sido abertos dezenas de concursos para os trabalhadores que estavam naquela situação, para que pudessem concorrer. Disse que já tinham integrado nos quadros da Câmara Municipal, muitas dezenas de trabalhadores e que estavam a decorrer concursos e que ainda seriam abertos novos concursos. Significava que os trabalhadores que estavam naquelas situações poderiam, caso pretendessem, concorrer aos concursos e ficar integrados nos quadros da Câmara Municipal.

Referiu que os trabalhadores que ficassem na Associação da Baía, por maioria da razão, comprometer-se-iam que aquelas questões ficariam salvaguardadas. No entanto, os trabalhadores eram livres de tomarem as suas decisões e se quisessem continuar na situação em que estavam poderiam ficar na Associação da Baía, mas se quisessem concorrer aos concursos que estavam abertos ou que iriam ser abertos teriam todas as condições para o fazer. Aqueles que estavam com recibos verdes e que não quisessem ficar na Associação da Baía e quisessem ir para os serviços da Câmara, ficariam nessas mesmas condições, com aquele compromisso, podendo concorrer aos concursos que iriam ser abertos para

integrarem os quadros da Câmara. Aquele era um compromisso que fazia e não ficaria descansado, enquanto não resolvessem o problema dos recibos verdes. Aquela matéria era um ponto de honra, como não poderia deixar de ser.

Os serviços municipais não contratavam mais trabalhadores indiferenciados para a Câmara Municipal. A única possibilidade que existia para haver contratos seria de técnicos superiores para preencher alguns lugares. A Câmara estava com grandes dificuldades em contratar técnicos superiores para vários serviços, infelizmente os concursos que vinham abrindo, cada vez tinham menos concorrentes e cada vez tinham mais dificuldade em preencher os lugares vagos no quadro. O executivo permitiu que no urbanismo fizessem a contratação de dois trabalhadores não técnicos superiores, porque tinham uma situação de falta de trabalhadores administrativos no urbanismo, porque os funcionários que estavam a fazer o serviço de atendimento já se encontravam no limite das suas capacidades, para poderem continuar a dar resposta aos munícipes e não sacrificar os trabalhadores, uma vez que se tratava de uma situação excecional.

Também tinham grandes dificuldades na contratação de trabalhadores qualificados em vários setores, em que a situação era muito complicada, razão pela qual seria necessário alterar a atual situação, criando condições e incentivos para que aqueles trabalhadores viessem para a administração pública. O problema não era só na Câmara de Setúbal, mas na generalidade das autarquias e da administração em geral. O atual Governo deveria o mais urgente possível tomar medidas que permitisse criar condições para que os serviços da administração em geral pudessem ser opção de escolha, sobretudo pelos jovens com formação académica ou dos trabalhadores qualificados que tinham formação técnica, mas que não iam para a administração pública, porque conseguiam encontrar nos serviços privados melhores ofertas financeiras e eventualmente melhores condições de trabalho. Certamente seriam opções que as pessoas faziam na defesa dos seus interesses legítimos. Aquele era o quadro em que viviam.

Pedi desculpa por se ter alongado no seu discurso.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que estaria de acordo sobre a necessidade de valorizar os serviços públicos, passando por valorizar as carreiras da administração pública e era isso que tinha sido feito desde 2015. Com a reposição dos cortes nos vencimentos dos trabalhadores da administração pública, com a reposição das 35 horas na administração pública, com a reposição dos cortes que foram feitos aos subsídios de Natal e férias dos trabalhadores da administração pública, com o descongelamento de carreiras que estavam congeladas, com o impulso dado nas carreiras e com a revisão das carreiras que estavam naquele momento em curso num acordo de médio prazo, que tinha sido estabelecido com os sindicatos. Era naquele caminho de valorização, na base das carreiras, a nível de reduzir o tempo de progressão que atualmente era de 10 anos e que seria inconcebível que assim fosse, era preciso rever as carreiras.

Disse que todos os trabalhadores, independentemente do seu do seu vínculo, que estivessem numa situação de prestação de serviços ou de contrato com a Câmara iriam manter o seu posto de trabalho, com a Associação ou com a Câmara Municipal.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Fernando José que seria verdade aquilo que tinha dito, mas na realidade continuavam com problemas na contratação de pessoal, sendo uma situação real. Aquilo que tinha vindo a ser feito pelo Governo, que não colocava em causa, não era suficiente, caso contrário e título de exemplo, não teriam que contratar máquinas com operadores, porque se comprassem as máquinas sem operadores não resolveriam o problema, uma vez que dificilmente iriam ter operadores. Aquela era a atual situação que estavam a passar, que não poderia durar muito mais tempo. Havia muita gente que criticava a administração pública por tudo e por nada, porque tinham benefícios que outros não tinham. No entanto, se a administração pública não funcionasse dificilmente teriam um país a funcionar.

Sra. Vice-Presidente – Considerou a discussão muito interessante, porque haveria mais coisas que o Governo poderia fazer. O senhor Vereador Fernando José certamente estaria de acordo com a questão do SIADAP, a questão da imposição das quotas, a questão da Lei de Trabalho em Funções Públicas, bem como a lei em 2008 que instituíra apenas três carreiras na Administração Pública, fazendo com que os operacionais altamente qualificados, entrassem na função pública a ganhar o mesmo que operacionais não qualificados sem que tivessem uma especialização. Tudo aquilo afastava eletricitistas, motoristas, canalizadores, sendo mesmo urgente rever aqueles três ramos, onde as mil e tal categorias e carreiras que existiam passaram apenas para três, trazendo todo aquele constrangimento. Muitas das vezes, as decisões que se tomavam não tinham efeito imediato, nem sequer no ano seguinte, estavam a falar de uma lei de 2008, que atualmente tinha aqueles efeitos nefastos, naquilo que era a contratação de trabalhadores, sendo que o mesmo se podia verificar nos procedimentos concursais. Disse que seria urgente rever as questões da lei do trabalho em funções públicas, das carreiras na Administração Pública, do SIADAP. Caso pretendessem ter trabalhadores mais motivados e ter as tarefas operacionais executadas pelas próprias câmaras, por administração direta, na realidade, aquilo que assistiam ao longo dos tempos era a entrega às empresas, porque não tinham mão de obra suficiente para poder executar todas as tarefas, quando tinham excelentes trabalhadores que já tinham prestado provas que poderiam ser eles a fazer diretamente o trabalho. Sabiam que a situação tinha sido levada ao limite, porque existiam trabalhadores com vinte e tal anos de serviço a receber o mesmo daqueles que entravam e essas pessoas revoltavam-se e bem, porque a medida era muito injusta. Não estavam a colocar em causa o salário, mas era preciso rever todas as tabelas remuneratórias, porque chegava sempre a uma altura em que alguém ficava prejudicado. Outra injustiça naquela legislação, tinha sido a questão de os assistentes operacionais com mais de 30 anos não terem sido contemplados. O facto de um assistente operacional encarregado não ter sido contemplado com a questão dos 30 anos, criara injustiças dentro de uma carreira, em que alguns trabalhadores tinham 30 anos conseguiram progredir, enquanto os encarregados operacionais não progrediam. Disse que era uma questão que também devia ser revista para não haver essa injustiça.

Tratava-se de algumas sugestões de trabalho que seriam linhas, porque as autarquias precisavam muito de contratar os trabalhadores e terem meios para desempenhar as suas funções.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não era normal, mas subscrevia tudo aquilo que tinha sido dito pela senhora Vice-Presidente.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**7. Deliberação n.º 598/2023 – Proposta n.º 357/2023 –
DRH/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º
07/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para o fornecimento contínuo de
fardamento de trabalho, pelo período de 12 meses, podendo ser
prorrogado por igual período**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 a 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



8. Deliberação n.º 599/2023 – Proposta n.º 03/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – DASU/GAGIP

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 600/2023 – Proposta n.º 355/2023 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 06/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para o fornecimento de leite escolar para alunos dos jardins-de-infância e para alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho para os anos letivos 2023/2024, 2024/2025 e 2025/2026

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 36 a 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 601/2023 – Proposta n.º 07/2023 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro à Escola Secundária de Bocage no âmbito do projeto “Isto é Matemática ao Vivo”

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 602/2023 – Proposta n.º 08/2023 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas de Azeitão, no âmbito do projeto “Ciência na Nossa Serra” 2022-2023

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 603/2023 – Proposta n.º 09/2023 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas no âmbito do programa Escola Azul

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 604/2023 – Proposta n.º 10/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolo de Parceria entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Escola Secundária de Bocage no âmbito de candidatura ao Clube Ciência Viva na Escola

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 42 e 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 605/2023 – Proposta n.º 11/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolo tripartido de colaboração no âmbito da componente de apoio à família no 1.º Ciclo do Ensino Básico – Liga de amigos da EB Azeda

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 44 e 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 606/2023 – Proposta n.º 12/2023 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro para a participação na 11.ª Edição do Festival de Música de Setúbal – 2022/23

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 607/2023 – Proposta n.º 13/2023 – DEB/DIAPE – Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico – Adenda ao Contrato – Programa – Ano Letivo 2020/2021

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 47 e 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 608/2023 – Proposta n.º 14/2023 – DEB/DIAPE – Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico – Adenda ao Contrato – Programa – Ano Letivo 2021/2022

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 e 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 609/2023 – Proposta n.º 08/2023 – DOM – Empreitada CP11/2020 – “Construção de coberturas localizadas no Largo do Bocage” - Acionamento de garantia do contrato

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que também não seria aquilo que estaria em discussão, no entanto, questionou se estariam ou não de acordo com a aquela construção naquele espaço. Tratava-se de uma discussão que poderia servir para a reunião.

Referiu que na proposta constava Largo do Bocage, o que desconheciam, certamente tratava-se da Praça do Bocage. Desconhecia a existência de um Largo do Bocage em Setúbal, pelo que sugeriu que alterassem o nome.

Tratava-se de um preciosismo, mas para os vereadores do Partido Socialista seria importante.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que não se poderia alterar o nome, porque a empreitada tinha tido esse nome e independentemente de não estar correto, teriam que manter a designação de Largo do Bocage.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 610/2023 – Proposta n.º 28/2023 – DCDJ/DIDES – Associação Cultural e Desportiva Juventude Azeitonense – Apoio financeiro para obras no pavilhão desportivo

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 52 a 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 611/2023 – Proposta n.º 59/2023 – DCDJ – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo – Cedência de gestão da Piscina Municipal das Palmeiras ao Clube Naval Setubalense

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 56 e 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 612/2023 – Proposta n.º 61/2023 – DCDJ/DICUL – Doação de obra de arte ao Município

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 613/2023 – Proposta n.º 62/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio ao 34.º Festival Nacional de Folclore do Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão e intercâmbios

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 614/2023 – Proposta n.º 63/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio ao 39.º Concurso do Vestido de Chita da UCRD Praiense – 2023

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 615/2023 – Proposta n.º 64/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Sociedade Musical Capricho Setubalense – Escola de Jazz e Música Improvisada

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 61 e 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 616/2023 – Proposta n.º 65/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro para a realização de 2 provas desportivas, regional e nacional no dia 29 de abril de 2023

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 617/2023 – Proposta n.º 352/2023 – DURB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 01/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de inspeção periódica, reinspeção e selagem de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 64 a 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

27. Deliberação n.º 618/2023 – Proposta n.º 140/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Pedido de transferência de localização da Farmácia Marques - Processo n.º 282/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 67 e 68, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

28. Deliberação n.º 619/2023 – Proposta n.º 141/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para ampliação de armazém - Processo n.º 414/22

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 69, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

29. Deliberação n.º 620/2023 – Proposta n.º 142/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de operação de loteamento - Processo N.º 1110/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 70, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



30. Deliberação n.º 621/2023 – Proposta n.º 143/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinha “food-truck - Ostras sobre Rodas” e esplanada - Processo n.º 113/18

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 71 e 72.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que as propostas referentes aos pontos da Ordem de Trabalhos n.ºs 30 a 34 estariam relacionadas com a ocupação de via pública e dado que tinham público para fazer intervenção, sugeriu que se votassem em bloco aquelas cinco propostas que versavam sobre a mesma matéria, uma vez que os vereadores do Partido Socialista nada tinham a obstar.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que a bancada do Partido Social Democrata acompanhava a proposta efetuada pela bancada do Partido Socialista.

Sr. Presidente – Colocou à votação em conjunto as deliberações n.ºs 621/2023 a 625/2023, referente aos pontos n.ºs 30 a 34 da Ordem de Trabalhos, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

31. Deliberação n.º 622/2023 – Proposta n.º 144/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel - Roulote de faturas, algodão doce, pipocas e castanhas - Processo n.º 9/19

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 73 e 74 (ver ponto 30).

32. Deliberação n.º 623/2023 – Proposta n.º 145/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Artesanato - Palavras com Arte - Processo n.º 82/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 75 e 76 (ver ponto 30).

33. Deliberação n.º 624/2023 – Proposta n.º 146/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinho de gelados - Processo n.º 42/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 77 e 78 (ver ponto 30).

34. Deliberação n.º 625/2023 – Proposta n.º 147/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinha “food-truck” e esplanada - Processo n.º 12/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 79 e 80 (ver ponto 30).

35. Deliberação n.º 626/2023 – Proposta n.º 148/2023 – DURB/GAPGPA – Normas 2023 - Atribuição de licenças e autorizações para a realização de atividades nas águas balneares do concelho de Setúbal

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 81 e 82, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Paula Dias – Disse que estava na rua com a sua filha desde o dia 17 do mês de março. A Câmara tinha conhecimento do seu processo, já tinha passado pelo tribunal e ainda não tinha tido nenhuma resposta. A única resposta dada pela Câmara era a de que o processo estaria em análise.

Disse que tinha escrito uma carta ao senhor Presidente no dia 24 de fevereiro sem que tivesse obtido qualquer resposta, por essa razão estava naquela reunião para que o senhor Presidente pudesse resolver a sua situação.

Sr. Presidente – Informou a munícipe que o número de casas camarárias era limitado. Questionou o senhor Vereador Carlos Rabaçal se tinha conhecimento daquele caso.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Referiu que a situação de senhora Paula Dias era conhecida, tinha-lhe sido entregue a ordem executiva para despejo, no entanto, estava a ser acompanhada pelos técnicos da habitação.

Disse que naquele dia tinham acabado de receber mais três ordens de despejo com resolução do contrato e havia uma estimativa que iriam receber muitas mais a breve prazo.

Naquele momento, não tinham casas disponíveis para atender àqueles casos urgentes, a solução imediata para resolver o problema seria a Segurança Social ou o alojamento de emergência, independentemente de estarem a acompanhar, a avaliar e a integrar na lista de acesso à habitação, apesar de não terem casas disponíveis para situações de emergência. Disse que tinham uma lista ordenada de quase 1.500 pedidos para as casas que iam sendo devolutas.

O senhor Presidente já tinha referido uma série de intervenções que estavam previstas para a habitação, mas que não iriam resolver o problema imediato da senhora Paula. A solução legal passava pela instituição que tinha essa responsabilidade de alojamento de emergência e que se chamava Segurança Social. Sugeriu que a senhora Paula se dirigisse de imediato à referida instituição, entretanto iriam tentar procurar encontrar soluções para o caso da senhora Paula e para outros casos que iam surgindo todos os dias.

Lembrou, que só naquele dia, tinham recebido três famílias que estavam na iminência de serem despejadas do seu alojamento, com o fim dos contratos.

Sr. Presidente – Informou a senhora Paula que em situações de emergência, teria que se dirigir à Segurança Social. Quando a Câmara tinha casas podia atribuir, quando não tinha certamente que não o poderiam fazer. Existiam processos que estavam a decorrer, mas as situações agravam-se dia a dia. Havia situações de emergência e para isso existiam entidades no país que teriam de resolver as situações de emergência. A Câmara resolvia dentro das possibilidades que tinha.

Sra. Paula Dias – Disse que a Segurança Social nada fazia e não tinha onde dormir com a sua filha.

S. Presidente – Sugeriu que insistisse com a Segurança Social. Uma situação de emergência tinha de ser resolvida daquela forma. O mais convincente seria a senhora pessoalmente, colocar a sua situação na Segurança Social, no sentido de ver as medidas que estavam previstas naquelas situações.

Sra. Paula Dias – Disse que já tinha contactado a Segurança social e desde o dia 17 que andava na rua com a sua filha, porque a Segurança Social também nada resolvia. A única solução que tinha seria fazer como algumas pessoas faziam, arrombar uma casa da Câmara e depois esperar que a Câmara os retirasse, tal como fazia a etnia cigana.

Sr. Presidente – Disse que já tinha dado a sua opinião e não poderia fazer mais nada pela situação.

Sr. Luís Simões – Disse que era delegado sindical do Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores e representava os Bombeiros Sapadores de Setúbal, que eram funcionários da Câmara Municipal de Setúbal. Os Bombeiros Sapadores de Setúbal já iam no 4.º mês consecutivo de greve. Referiu que muitas das vezes o senhor comandante atribuíra grandes valores e grande reconhecimento aos Bombeiros Sapadores, que muitas das vezes soava-lhes a pouca sinceridade. Saliu que deveria ter muito orgulho naqueles homens que estavam pelo 4.º mês consecutivo, com perdas salariais, porque não estavam a ser cumpridos alguns deveres para com eles, mas ainda assim não demoviam das suas convicções, inclusivamente tinha sido entregue um novo pré-aviso de greve.

Disse que, no passado dia 24, tinha sido entregue um abaixo-assinado, por cerca de 90% dos elementos da Companhia de Sapadores de Setúbal e de 100% dos turnos operacionais, mas da parte do executivo estranhamente ainda não tinha havido uma qualquer intenção de saber o que se passava junto daqueles trabalhadores.

Lamentavelmente que o senhor comandante continuava a ter atos que reforçava aquela convicção que os bombeiros o acusavam, para além do assédio laboral de ser irresponsável e desprovido de valores.

No que se referia ao incidente com matérias perigosas, disse que no dia 12 de março tinha havido uma ocorrência da qual fizeram questão de informar a central de comunicações, que por falha do senhor Comandante, estivera pela 1.ª vez desde que havia memória, sem um operador de comunicações, o que seria vital para assinalar as ocorrências ter um homem na central comunicações, que conhecesse a matéria de Bombeiros Sapadores.

Disse que, no dia 21, no aniversário da Companhia de Bombeiros Sapadores, o senhor Presidente estivera presente e colocara uma placa que muito satisfizera os bombeiros, independentemente de não poderem ter estado presentes, em homenagem ao chefe Manuel Arrábida. A melhor forma de dignificar o trabalho daquele homem e honrar o seu trabalho, seria fazer com que aquilo não acontecesse, onde quer que estivesse estaria certamente a lamentar o facto de a central de comunicações ter chegado àquele ponto, por causa da irresponsabilidade do seu comandante.

Relativamente à ocorrência do dia 30, o documento que o senhor Presidente tinha em seu poder, entregue por alguém em que cegamente confiava e qual aconselhavam constantemente que verificasse essa confiança, não seria verdade o que constava. Na realidade, tinha sido solicitado por um comandante de Operações de Socorro no local, e o senhor Comandante terá preparado aquele argumento, porque tinha sido confrontado com o sindicato a colocar na comunicação social o que estava a acontecer. Dos primeiros motivos que o senhor Comandante referira tinha sido a greve, o que se chamaria um bode expiatório. O chefe de serviço no local quis fazer sair uma equipa para o local, tinham 22 elementos ao serviço, sendo que numa década nunca o senhor comandante tivera tantos efetivos e com 22 elementos asseguravam garantidamente aquela ocorrência.

Disse que já ali tinha sido referido que a DON – Diretiva Operacional Nacional aludia qual seria a intervenção dos bombeiros naquela matéria e a Companhia de Bombeiros Sapadores tinha aquela responsabilidade desde Setúbal até ao Algarve. Essa mesma DON que já tinha sido falada pela senhora Vereadora, referia que os Bombeiros Sapadores de Setúbal tinham uma viatura que seria uma ERA - Equipa de Reconhecimento Avançado, teria que sair sempre para o local para efetuar o reconhecimento. Ter-se-ia dito que se tratava de uma prestação de serviço, o que os transtornaram um pouco, ouvir aquilo da boca de um Vereador da Proteção Civil.

Disse que tivera o cuidado de antes da sua intervenção, falar com o Regimento de Sapadores Bombeiros, o que seria uma grande mentira. O Regimento de Sapadores Bombeiros jamais sairia da sua zona de intervenção e poria em risco a população de Lisboa e o país, porque faziam parte das únicas cinco equipas que existiam para intervir em matérias perigosas do país, fazer um “biscate” a Águas de Moura. Tinha sido tudo falso aquilo que tinha sido alegado pelo senhor Presidente, pelo que deveria rever a confiança que nutria pelo senhor Comandante, pois os Bombeiros Sapadores não nutriam essa confiança.

O Regimento de Sapadores Bombeiros tinha estado no local e poderiam garantir o que tinha sido feito, teria sido tudo o que competia aos Bombeiros Sapadores, verificar a carga e estar de prevenção para que ela pudesse ser manuseada. Disse que naquela viatura estavam líquidos inflamáveis, matéria perigosa do ponto de vista ambiental sólida, sólidos orgânicos suscetíveis de auto aquecimento, matéria perigosa do ponto de vista do ambiente líquida. Significava que existiam riscos envolvidos, sendo da competência e da responsabilidade dos Bombeiros Sapadores de Setúbal.

Disse que lhes envergonhava imenso ver aquele Regimento ter-se deslocado para a sua área de intervenção.

Relativamente à postura do senhor Comandante pouco lhes chocava, porque o Comandante apresentara vários argumentos, sendo um deles ali falado, da impossibilidade de cobrar à seguradora um serviço. Disse que o Regimento tinha lá estado e por se tratar de um sinistro, obviamente nada tinha sido cobrado, porque o Regimento se preocupava em salvaguardar as vidas, bens e o meio ambiente e não os negócios. A prioridade daquele Comandante de bombeiros, deveria ser num espírito de missão, que devia assentar no socorro e na proteção e não nos retornos financeiros. Infelizmente, em Setúbal, aquele Comandante tinha acima de tudo, quer a nível de segurança dos bombeiros quer do bem-estar da sua população, priorizar cegamente as reduções de custos.

Para fundamentar a mentira que o senhor Presidente tinha referido sobre o que se tinha passado no Seixal - ou estaria mal informado ou tinha faltado à verdade -, não tinha havido nenhuma intervenção. A Polícia Marítima fizera uma apreensão de combustível e tinha sido feita uma doação, o que seria uma prestação de serviço, no qual tinham sido solicitados para o fazer e por estarem em greve não o fizeram, contudo tinha sido um chefe “um fura greves”, que tinha ido fazer o serviço sozinho. Gostaria de saber se aquele serviço tinha sido cobrado ou se tinha sido feito uma cortesia ao invés de fazerem socorro, que era para aquilo que concedia a sua existência.

Referiu que iria passar para o assunto que efetivamente os levava à reunião de Câmara e que se baseava no regulamento interno.

Disse que tinha sido elaborado por um grupo de trabalho, nomeado pelo senhor Presidente, que brevemente iria para aprovação, o novo Regulamento Interno da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal. Consideravam a primeira proposta escandalosa, sofrendo as maiores contestações do sindicato e da comissão de trabalhadores. Felizmente tinha sido reiniciado um novo regulamento interno, no entanto, nesse regulamento interno descabidamente não constava nenhum efetivo mínimo, que seria uma das grandes intenções daquela Câmara, a não ser confrontada com bombeiros a falar de efetivo mínimo, para poder colocar aquilo que quisesse e bem lhe apetecesse, não acautelando o socorro à população nem a segurança dos bombeiros. Havia um ponto interessante para os bombeiros, já para não falar da redução de quase 90 páginas para 15 páginas, em que tudo o que era omisso naquele regulamento seria depois regulado pelo senhor Presidente ou por intermédio de NEP

– Normas de Execução Permanente, pelo senhor Comandante, pelo que iriam instaurar o bom “quero, posso e mando” que os bombeiros contestavam. O grupo de trabalho iniciara a elaboração de um 2.º documento e convidara a chefia da CBSS. A chefia da CBSS, apesar de ter estranhado não ter sido chamada desde o início, terá estado presente e dado o seu contributo. A chefia dos Bombeiros Sapadores de Setúbal apresentara um exemplo de regulamento interno, com base na sua experiência e no seu conhecimento de largos anos, que considerava ser o ideal para aquela casa. O contributo dos bombeiros tinha sido ignorado e lamentavelmente o grupo de trabalho encaminhara o documento para a oposição e para a comissão de trabalhadores, curiosamente não encaminharam para o sindicato, com alegações falsas. Frisou que o efetivo mínimo que estava salvaguardado naquele documento era de 13 elementos. Felizmente aquela ocorrência trouxera alguma coisa de bom, trazendo um exemplo de uma ocorrência em matérias perigosas daquela natureza, que retiraria ao efetivo para ocorrer àquela ocorrência em segurança de pelo menos uns 10 bombeiros, se tivessem 13 elementos no efetivo, ficariam com 3 homens no quartel. Referiu que aquela seria a responsabilidade daquele grupo de trabalho.

Disse que gostaria de fazer mais uma observação relativamente à postura e à responsabilidade daquele Comandante, que fazia parte daquele grupo de trabalho nomeado pelo senhor Presidente. Na diretiva municipal que tinha elaborado e que vigorava até 2025, falava no efetivo de 22 elementos e no regulamento interno falava em 13 elementos, significava que seria certamente uma pessoa a quem podiam confiar e considerá-la credível.

No dia anterior tinha surgido mais um exemplo, e seria fácil ao senhor Presidente ocorrer do senhor Comandante para ter esclarecimentos, com 22 homens ao serviço, pouco antes das 20 horas, surgiram 2 ocorrências em simultâneo, para um incêndio saíram 19 homens e em simultâneo para uma vítima claustrofóbica fechada num elevador, tendo ficado apenas 2 homens no quartel. Questionou o senhor Presidente, caso estivessem em greve como é aquele socorro seria feito. Questionou se seriam chamados ao abrigo da disponibilidade permanente, termo que estava a ser utilizado no novo regulamento interno. Como se fazia há 40 ou 50 anos tocavam a sirene e depois os bombeiros vinham à corrida de casa. Questionou o senhor Presidente se seria aquele o socorro que pretendia para a população de Setúbal.

Referiu que os 13 elementos tinha sido um número proposto pelo grupo de trabalho, ao contrário dos 27 elementos que já existiam num regulamento que datava de 1997, sendo que já várias vezes alertaram para o aumento de população, o aumento do risco no Parque da Mitrena.

Disse que não valia a pena “bater mais no ceguinho”, porque não eram ouvidos, nem recebiam qualquer resposta.

A Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal deixara de ter um posicionamento estratégico há mais de 10 anos, com base num parecer. Esse parecer já tinha sido solicitado por outro sindicato, já tinha sido solicitado por aquele sindicato, já tinha sido solicitado por ambos os partidos da oposição e o mesmo nunca aparecera.

Questionou se o referido parecer existia e caso existindo, porque não aparecia.

Disse que gostava de lançar um desafio diretamente ao senhor Presidente, porque aquele regulamento interno não fazia sentido estar a ser elaborado, porque estava muito para breve a aprovação do novo estatuto dos bombeiros, que solicitasse um estudo imparcial a uma universidade e esperasse com base nesse estudo e com base nos riscos da cidade.

Questionou se o senhor Presidente teria algum receio da resposta que poderia vir do respetivo estudo.

Disse que teria de olhar para ambos os lados daquela Mesa e esperava, caso não existisse o parecer que fundamentasse a saída dos Sapadores de Azeitão, certamente que os senhores Vereadores também não estariam confiantes de que aquele grupo de trabalho estivesse munido do conhecimento suficiente, para fazer aquela atrocidade que poderia ser para os Bombeiros e para a população de Setúbal. Fazia o apelo à oposição e ao senhor Presidente, uma vez que tinham a responsabilidade política de fazerem passar um documento que consideravam perigoso.

Seria uma boa proposta apresentarem uma universidade independente e isenta, podendo ser de Lisboa, não colocando a falta de idoneidade por parte da universidade de Setúbal, mas para que não dissessem que poderia existir vícios.

A Chefia dos Bombeiros Sapadores, sem grandes estudos e com base no seu conhecimento sugeria a módica quantia de 33 elementos, ao contrário dos 13 elementos sugerido pelo grupo de trabalho.

Disse que os bombeiros tinham um comandante, em quem não confiavam minimamente, o qual se contradizia nos documentos que elaborava.

Disse que enquanto munícipe, e naquilo que o senhor Presidente tinha competências e obrigações, que era na salvaguarda de vidas e bens humanos em Setúbal, solicitou ao senhor Presidente que acautelasse e não permitisse que se fizesse uma redução daquelas.

Sr. Presidente – Agradeceu ao senhor Luís Simões e disse que tinha registado os seus contributos e as suas preocupações, como fazia sempre. Relativamente às questões que tinha levantado, disse que não existia nenhum Regulamento Interno, o referido regulamento estava em processo. As questões que tinha deixado seria a sua forma de olhar para os documentos.

Relativamente à questão do abaixo-assinado, disse que tinha tomado as medidas adequadas naqueles termos e os processos estariam a decorrer. O senhor Luís tinha muita informação, mas haveria muita informação muito importante que o senhor não tinha ou não pretendia ter, mas isso seria um problema que lhe ultrapassava.

Disse que assumia todas as responsabilidades e tinha o maior respeito por aqueles que também assumissem essa responsabilidade. Quando viviam em democracia, as opiniões eram sempre para serem ouvidas, não significava que tivessem que ser seguidas.

Disse que tinham ficado muito preocupados com um parecer que solicitaram à CCDD relativamente a algumas decisões que o sindicato tinha tomado e que lhe fariam chegar provavelmente no dia seguinte.

Sr. José Alves – Disse que era Bombeiro Sapador daquela casa durante quase 30 anos. Referiu que no dia 12 de abril estava a desempenhar funções de chefe de serviço, no pelotão operacional B. No dia 12 de março, o grupo de trabalho nomeado pelo senhor Presidente, para efetuar uma proposta de Regulamento Interno, convidara toda a chefia da CBSS ao Edifício da Sado, para terem alguma palavra na referida proposta, no entanto, tudo aquilo estava “minado”, porque os elementos do grupo de trabalho enviaram-lhes a proposta, dizendo que depois iriam ter várias reuniões para que pudessem discutir as propostas que pudessem ser enviadas pelas chefias. No dia 24 de março, numa sexta-feira, pelas 15h30, tinha sido solicitado por e-mail ao grupo de trabalho, para que enviasse a sua proposta até ao dia 27, pelas 9h00. Um dos chefes, em nome de toda a chefia enviara a sua proposta, no dia 27 à Comissão de Trabalhadores que referira o seguinte. (Disse que iria ler aquilo que o grupo de trabalho tinha colocado):

“Pedimos desculpa, após detetar e corrigir falha na proposta e na sequência do vosso parecer, datado de 8 de março de 2023, sobre a primeira versão da proposta identificada no assunto, o grupo de trabalho, após a incluir diversas propostas de alteração às organizações representativas dos trabalhadores, bem como propostas apresentadas pela chefia da CBSS, todas sublinhadas a verde. Reencaminhem novamente em anexo a proposta para apreciação”.

Disse que era falso, que era mentira, aquelas propostas não tinham sido propostas pela chefia da CBSS, na realidade o grupo de trabalho mentira.

Disse que em nome de toda a chefia tinha enviado para o senhor Presidente da Câmara, senhor Presidente da Assembleia Municipal, todos os vereadores, bem como o grupo de trabalho um e-mail, referindo que a chefia da CBSS se sentia envergonhada com tudo aquilo, uma vez que aquela não era a sua proposta. O senhor Presidente devia rever ou chamar a atenção ao grupo de trabalho que estava a mentir. A proposta em questão tinha sido enviada para o senhor Presidente.

Questionou o senhor Presidente se tinha visto o e-mail mandado pela chefia da CBSS. No ponto 10, no que referia ao efetivo mínimo, a chefia da CBSS propunha 33 elementos e fundamentava o porquê.

No início, na primeira proposta não constava um número de efetivo mínimo e na segunda proposta passara a constar 13 elementos como efetivo mínimo, pelo que gostaria de saber qual tinha sido o estudo em que se tinham baseado.

Toda a chefia da CBSS deveria ter sido ouvida desde o início na elaboração do Regulamento Interno mas, na realidade, tinha sido colocada completamente à parte, uma chefia composta por cerca de 30 elementos, quase todos com 28 anos de serviço, certamente deveria servir para alguma coisa em termos de experiência.

Deixou no ar junto da oposição, caso a proposta de Regulamento Interno fosse aprovada, correriam sérios riscos de segurança em Setúbal.

Sr. Presidente – Agradeceu ao senhor José Alves e como certamente saberia, não fazia parte do grupo de trabalho e os documentos não tinham passado por si, caso tivesse chegado ao seu gabinete certamente teriam sido enviados para o grupo de trabalho, como seria normal que acontecesse.

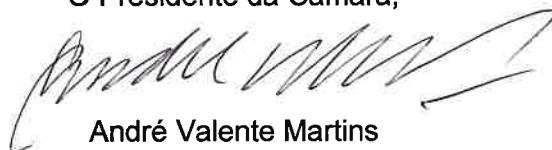
Referiu que a proposta do Regulamento continuava a ser apreciada, significava que o processo continuava a decorrer com a normalidade.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e trinta e trinta e oito minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 9 de agosto de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 44 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

A Chefe da Divisão de Administração Geral,



Sofia Isabel Lopes Casas Novas